TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - (TCE-PE)

RELATÓRIO DE DESEMPENHO DA GESTÃO (2012 – 2013)

“UM TRIBUNAL DE RESULTADOS”

Recife, fevereiro de 2014

COMPOSIÇÃO DA GESTÃO (2012-2013)

Conselheira MARIA TERESA CAMINHA DUERE
Presidente

Conselheiro VALDECIR FERNANDES PASCOAL
Vice-Presidente

Conselheiro CARLOS PORTO DE BARROS
Corregedor Geral

Conselheiro DIRCEU RODOLFO DE MELO JÚNIOR
Ouvidor

Conselheiro MARCOS C. LORETO
Diretor da Escola de Contas Públicas Prof. Barreto Guimarães - ECPBG

Conselheiro JOÃO HENRIQUE CARNEIRO CAMPOS
Presidente da 1ª Câmara

Conselheiro RANILSON BRANDÃO RAMOS
Presidente da 2ª Câmara

RUY RICARDO WEYER HARTEN JÚNIOR
Auditor Geral - AUGE

ELIANA MARIA LAPENDA DE MORAES GUERRA
Procuradora Geral - MPCO

RICARDO SAMPAIO FERREIRA DA SILVA
Procurador Chefe - PROC

GUSTAVO PIMENTAL DA COSTA PEREIRA
Diretor Geral - DG

RUY BEZERRA DE OLIVEIRA FILHO
Diretor Geral Adjunto

PAULO OTÁVIO TÁVORA CAVALCANTI
Chefe de Gabinete da Presidência

JOSÉ DEODATO SANTIAGO ALENCAR BARROS
Diretor de Plenário - DP

RÔMULO LINS DE ARAÚJO FILHO
Coordenador de Controle Externo - CCE

CRISTIANA DE MEIRA LINS
Coordenadora de Administração Geral - CAD

RODRIGO MARCEL S. ARRUDA
Coordenador de Tecnologia da Informação - CTI

BRENO SPÍNDOLA CÉSAR CORREIA
Diretoria de Gestão e Governança – DGG

ÍNDICE

	Página
COMPOSIÇÃO DA GESTÃO	**2**
APRESENTAÇÃO	**5**
SUMÁRIO EXECUTIVO	**6**
1 – INTRODUÇÃO	**14**
2 – RESULTADOS PARA A SOCIEDADE	**15**
2.1 – Efetividade das Ações de Controle Externo	**15**
2.1.1 – Benefícios das Ações de Controle Externo	15
2.1.2 – Débitos e Multas	18
2.1.3 – Atuação Concomitante	19
2.1.4 – Julgamento das Contas dos Jurisdicionados	22
2.1.5 – Monitoramento do Julgamento dos Pareceres Prévios pelas Câmaras	23
2.2 – Aperfeiçoamento da Gestão Pública	**24**
2.2.1 – Orientação aos Servidores dos Jurisdicionados	24
2.2.2 – Auditorias nos Regimes de Previdências Municipais	25
2.2.3 – Termos de Ajuste de Gestão	26
2.2.4 – Sustentabilidade Ambiental e Controle Externo	27
2.2.5 – Articulação Institucional	28
2.2.6 – Auditorias Operacionais	31
2.3 – Transparência e Controle Social	**32**
2.3.1 - Transparência da Gestão Pública	32
2.3.2 – Programa “TCEndo Cidadania”	34
2.3.3 – Atendimento ao Cidadão	36
2.3.4 – Parcerias Regionais Permanentes	37
3 – PROCESSOS INTERNOS	**38**

3.1 – Eficiência do Processo de Controle Externo..... 38

3.1.1 – Metas Mobilizadoras..... 38
3.1.2 – Formalização de Processos..... 38
3.1.3 – Instrução de Processos..... 39
3.1.4 – Julgamento de Processos..... 39
3.1.5 – Publicação de Processos..... 41
3.1.6 – Síntese do Processo de Controle Externo..... 41

3.2 – Fortalecimento da Imagem Institucional..... 42

3.3 – Gestão Administrativa e Financeira..... 43

3.3.1 – Infraestrutura Física..... 43
3.3.2 – Sustentabilidade Ambiental 43
3.3.3 – Outras Ações Administrativas..... 44
3.3.4 – Execução Orçamentária..... 44

4 – PESSOAS E INOVAÇÃO..... 47

4.1 – Gestão de Pessoas..... 47

4.1.1 – Força de Trabalho..... 47
4.1.2 – Gestão do Desempenho Funcional..... 48
4.1.3 – Desenvolvimento Funcional e Gerencial..... 49
4.1.4 – Programa TCEndo Saúde..... 50

4.2 – Gestão do Conhecimento Organizacional..... 51

4.2.1 – Oficinas do Conhecimento..... 51
4.2.2 – Concursos e Inovação..... 52
4.2.3 – Grupos de Discussão no Faceboobk..... 52
4.2.4 – Educação a Distância..... 53
4.2.5 - Segurança da Informação..... 53

4.3 – Gestão por Resultados..... 54

4.3.1 – Modelo de Governança..... 54
4.3.2 - Objetivos Estratégicos e de Contribuição à Estratégia..... 55

4.3.3 – Gerenciamento de Projetos..... 59
4.3.4 – Ações de Controle Interno..... 61
4.3.5 – Gestão por Processos de Trabalho..... 62
4.3.6 – Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo..... 63

4.4 – Gestão da Tecnologia da Informação..... 64

4.4.1 – Governança de Tecnologia da Informação..... 64
4.4.2 – Automação dos Processos de Controle Externo..... 65

APRESENTAÇÃO

Com o objetivo de atender ao que determina o artigo 30 da Constituição do Estado de Pernambuco no *§ 4º: "O Tribunal encaminhará à Assembléia Legislativa, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades"* e também ao disposto no artigo 29 da lei nº 12.640/2004 – Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco *"O Tribunal encaminhará à Assembléia Legislativa relatório trimestral de suas atividades e, anualmente, até 15 de fevereiro, cópia de sua Prestação de Contas",* apresento à Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco e aos servidores dessa Casa o Relatório de Desempenho do Tribunal de Contas de Pernambuco referente aos anos de 2012 e 2013, que corresponde ao período da minha gestão.

Assumi a presidência do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco – TCE-PE, em janeiro de 2012, buscando administrar seus recursos com austeridade, correção e transparência, cumprindo fielmente as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal e do Código de Administração Financeira do Estado. Segui, juntamente com a equipe do Tribunal de Contas, as diretrizes do Planejamento Estratégico, debatido amplamente pelos servidores e referendado pelo Conselho, pois nele estão contidas as linhas mestras da instituição. Foram priorizados investimentos em tecnologia da informação, possibilitando maior celeridade, abrangência e segurança nas auditorias e fornecimento de informações à sociedade, a exemplo do Portal do Cidadão, Saúde, Educação e de Obras e o Serviço de Informação ao Cidadão, em atendimento ao que determina a Lei de Acesso à Informação.

Além disso, as parcerias com outros órgãos de combate à corrupção foram a tônica da minha administração, visando a uma maior efetividade das ações de controle externo desenvolvidas pelo TCE-PE. Nesse sentido, é importante ressaltar que o Tribunal renovou parceria com o Ministério Público de Pernambuco, para levar adiante uma proposta ousada: acabar com o "voto político" no julgamento das contas de prefeitos por parte das Câmaras Municipais. Isso consiste em exigir dos vereadores que motivem os seus votos, quando da votação das contas dos prefeitos com base nos pareceres prévios emitidos pelo Tribunal.

É importante destacar também que houve a articulação com a Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe) no sentido de encontrar uma solução para os Fundos Próprios de Previdência Social que em sua grande maioria estão descapitalizados e sem equilíbrio atuarial.

Este Relatório de Desempenho da Gestão disponibiliza um conjunto de informações capazes de permitir a avaliação do desempenho do Tribunal no período de 2012-2013, tanto por parte da Assembléia Legislativa, órgão responsável constitucionalmente pelo Controle Externo, como pela sociedade em geral.

Recife, 31 de dezembro de 2013

MARIA TERESA CAMINHA DUERE
(Presidente)

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco - TCE-PE, no período de 2012-2013, alcançou os seguintes resultados que refletem a efetividade de sua atuação enquanto instrumento fundamental para a melhoria da gestão pública, a defesa do interesse social e o combate à corrupção, em benefício da sociedade.

I – RESULTADOS PARA A SOCIEDADE:

> O Tribunal definiu para 2013 três metas mobilizadoras que têm por finalidade indicar áreas e projetos prioritários em que servidores e dirigentes concentrarão seus esforços, mobilizando toda a Casa para a sua consecução . A primeira meta está explícita a seguir:

META MOBILIZADORA 1:
Entregar para a sociedade em benefícios financeiros pelos menos 2 vezes o valor do orçamento ajustado do Tribunal de Contas em 2013.

> Essa meta mobilizadora foi atingida, tanto em 2012 como em 2013, tendo em vista que para cada **R$ 1,00** de recursos estaduais alocados no Tribunal, o benefício financeiro à sociedade foi de **R$ 3,36** e de **R$ 2,91,** respectivamente.

> Os benefícios resultantes da atuação concomitante (2012 = **93,9%** e 2013 = **94,3%** do total de benefícios**)** referem-se, sobretudo, a análises de procedimentos licitatórios que acarretaram redução do preço máximo.

> Considerando os últimos **24** meses, o montante de benefícios gerados foi de **R$ 1,70 bilhão,** com a participação de **84,8%** para recursos estaduais e **15,2%** municipais.

> Nos anos de 2012 e 2013, o Tribunal imputou os seguintes valores correspondentes a débitos, ressaltando que no período são mais significativos os débitos municipais (2012 = **R$ 43.134,48 milhões** e 2013 = **R$ 46.164,25 milhões**).

> O Tribunal aplicou os seguintes valores correspondentes a multas, ressaltando que no período são mais significativas as multas municipais (2012 = **R$ 7.087,52 milhões** e 2013 = **R$ 3.649,37 milhões**).

> Com relação às multas aplicadas aos entes municipais, cujo controle do recolhimento cabe ao Tribunal de Contas, foi registrado o recolhimento total de **R$ 11.755,77 milhões** para os últimos 6 anos e a taxa de multas municipais arrecadadas atingiu o valor de **45,1%,** considerando os valores acumulados para o mesmo período.

> Ano após ano, o TCE-PE tem como objetivo intensificar a atuação concomitante, analisando os fatos e atos de gestão no momento em que ocorrem. A ênfase está nas auditorias de acompanhamento, análise de editais (licitações e concursos) e emissão de medidas cautelares.

> Foram realizadas auditorias de acompanhamento (2012 = **529** e 2013 = **682**) em unidades gestoras estaduais e municipais, nas áreas: contábil, administrativa, saúde, educação, previdência e em obras e serviços de engenharia. Esse esforço significou auditoria em recursos financeiros da ordem de **R$ 32,2 bilhões** em 2012 **e R$ 36,3 bilhões** em 2013.

> Análise de **320** procedimentos licitatórios em 2012 e **352** em 2013. Os recursos envolvidos somaram **R$ 24,8 bilhões** e **R$ 35,0 bilhões**, respectivamente.

> Foram emitidas **75** Medidas Cautelares em 2012 e **43** em 2013, referendadas pelo Pleno/Câmaras, sendo distribuídas pela esfera municipal e estadual, destacando que prevaleceu a esfera municipal. Os principais assuntos objetos dessas Medidas Cautelares foram os seguintes: Processo Licitatório (Pregão Eletrônico e Presencial, Concorrência Pública, Tomada de Preços) e Concurso Público.

> Com relação ao julgamento das contas dos jurisdicionados, no período de 2012-2013, ressalta-se que a recomendação de rejeição das contas de prefeituras municipais é muito alta nos dois anos em análise (2012 = **57,4%** e 2013 = **53,9%).**

> O Tribunal de Contas, através do projeto "Monitoramento do Julgamento dos Pareceres Prévios pelas Câmaras" fortaleceu sua parceria com o Ministério Público de Pernambuco, visando a uma maior efetividade das ações de controle externo. No período de 2012 a 2013, indicadores demonstram o esforço do Tribunal nesse sentido, mesmo reconhecendo que há muito ainda o que fazer:

- Taxa de pareceres prévios emitidos pelo TCE-PE e informados pelas Câmaras Municipais o resultado do julgamento: 2012 = **64,6%** e 2013 = **52,6%.**
- Taxa de pareceres prévios emitidos pelo TCE-PE e acatados pelas Câmaras Municipais: 2012 = **77,4%** e 2013 = **82,2%.**
- Taxa de pareceres prévios emitidos pelo TCE-PE pela rejeição das contas e acatados pelas Câmaras: 2012 = **36,2%** e 2013 = **49,1%.**

> O Ministério Público de Contas realizou nesse período a identificação do atual processo de monitoramento (principais segmentos administrativos envolvidos, fluxo de trabalho, gargalos, pontos de melhoria) e levantamento das experiências dos outros Tribunais de Contas nessa área. Foi elaborado um novo fluxo de trabalho, com o objetivo de possibilitar uma maior eficiência para as decisões do TCE-PE.

> Para melhoria da gestão pública, foram desenvolvidas pela Escola de Contas ações de capacitação em tópicos importantes, visando a um melhor desempenho das atividades dos servidores públicos das entidades fiscalizadas. Em 2012 e 2013, a Escola de Contas realizou **290** cursos **6.787** representantes de jurisdicionados do TCE-PE. Esses cursos foram ministrados nas seguintes áreas de concentração, destacando-se os cursos de Licitação Pública, Gestão Pública, Auditoria e Controle Interno, Contabilidade, Orçamento e Finanças Públicas.

> Com a realização de todas essas capacitações, a Escola de Contas está atendendo não só às demandas dos jurisdicionados, mas às necessidades do TCE-PE, preparando os servidores públicos em diversas áreas de concentração, para os novos sistemas, novas metodologias e novas exigências de fiscalização.

> Desde 2012, a Escola inovou oferecendo curso de Extensão, com duração de **270** horas**,** com **40** alunos, onde foram abordados temas específicos em áreas que são bastante procuradas pelo jurisdicionados como Licitações e Contratos Administrativos. Em 2013, a Escola resolveu ampliar sua gama de cursos dessa natureza e abriu a segunda turma de extensão em Licitações e Contratos Administrativos, além de duas novas turmas na área de Controle Interno, contando com **102** alunos em todos os cursos.

> Execução do primeiro curso de pós graduação em Gestão Pública e Controle, iniciado em abril de 2013, com **384** horas e **43** alunos, certificado pela própria Escola, o qual pretende motivar cada aluno a compreender a transformação de administração burocrática, voltada para si mesma, para uma administração gerencial.

> Após auditorias realizadas pelo TCE-PE em regimes de previdências municipais, os auditores concluíram que há indícios de que houve uso irregular, de 2008 a 2012, de recursos que deveriam ser poupados para o pagamento futuro dos benefícios previdenciários dos servidores municipais. As análises apontaram **8** municípios com queda no volume de recursos de seus planos previdenciários entre os exercícios citados, que equivalem à última gestão antes das eleições municipais do ano passado. O desvio desse dinheiro e o seu uso para outros fins são ilegais, salvo raras exceções.

> Atualmente, **143 (77,7%)** municípios dos **184** pernambucanos possuem Regime Próprio de Previdência Social**.** Destes, **129 (90,2%)** prestaram contas no ano passado ao Ministério da Previdência Social (MPS), informando, inclusive, a natureza de seus regimes. Possuem plano único **92** e apenas **37** realizaram segregação de massa (divisão do conjunto de segurados em dois grandes planos: um financeiro e outro previdenciário). Entre estes **37** estão os **8** municípios que apresentaram queda no volume de recursos de seus planos previdenciários.

> Foi elaborado pelo TCE-PE um relatório sobre a situação em que se encontram os Fundos Próprios dos municípios pernambucanos, advertindo o Ministério da Previdência para a gravidade da situação. Foi assinado um termo de cooperação técnica entre o TCE-PE e o Ministério da Previdência para capacitar os responsáveis pelos Fundos Próprios e as novas Normas de Contabilidade aplicadas ao setor público, além de possibilitar a troca de informações previdenciárias.

> No período de 2012 a 2013, foram formalizados **43** Termos de Ajuste de Gestão (TAGs) referentes a unidades gestoras das esferas estadual e municipal, especificando as irregularidades cometidas, sendo **8** em 2012 e **35** em 2013.

> Visando à melhoria da gestão pública, foi criado em 2012 o Grupo de Sustentabilidade Ambiental, cujo objetivo direcionado ao Controle Externo visa a orientar os gestores públicos acerca do cumprimento do que está estabelecido na legislação ambiental vigente, com destaque para a Lei Federal nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

> Foram realizadas atividades de orientação e capacitação dos gestores públicos no referido tema. Essas ações visam ao cumprimento dos prazos estabelecidos na Política Nacional de Resíduos Sólidos por parte dos municípios.

> Além disso, encontra-se em fase de desenvolvimento o Portal da Sustentabilidade, importante instrumento para a prática da transparência e para o estímulo ao controle social, que divulgará, entre outras coisas, o panorama da destinação final de resíduos sólidos de cada município de Pernambuco.

> Para melhorar a integração com os parceiros foram desenvolvidas ações de fortalecimento da articulação institucional, especialmente, com órgãos também ligados ao controle externo. Dos **54** convênios vigentes em 31 de dezembro de 2013, **11** tiveram início em 2012 e **17** em 2013.

> Com relação às auditorias de desempenho e avaliações de programas, também denominadas Auditorias Operacionais (AOPs), que têm como enfoque os resultados da gestão governamental, o TCE-PE, no período de 2012 a 2013, realizou **8** e **11** trabalhos, respectivamente, nas áreas de educação, saúde, meio ambiente e saneamento básico.

> O Portal do Cidadão foi desenvolvido pelo TCE-PE em 2011 para democratizar o acesso às informações sobre a gestão municipal no âmbito do Estado de Pernambuco. É um importante instrumento de controle social, pois permite que o cidadão conheça melhor a gestão dos recursos públicos no seu município, acompanhe a sua aplicação e interaja com o Tribunal, fornecendo subsídios para a atuação dos órgãos de controle.

> Como desdobramento desse Portal, foram também criados os seguintes portais: Saúde, Educação, Obras, Débitos e Multas e o Portal de Dados Abertos, onde estão disponíveis informações estruturadas para as instituições relativas às execuções orçamentárias e financeiras, bem como licitações e contratos administrativos dos municípios de Pernambuco.

> No Portal do Cidadão, as pessoas têm a oportunidade de denunciar possíveis irregularidades relacionadas aos dados disponibilizados, através do link “Denuncie Aqui”, que o remeterá automaticamente ao formulário eletrônico para registro de demandas do cidadão na Ouvidoria do Tribunal. Em 2013, foram registrados **24.994** acessos ao referido Portal.

> Com relação ao Portal da Transparência do TCE-PE, a partir de maio de 2012, com a entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), ao Tribunal Transparente acresceram-se outras informações requeridas por essa lei. A Resolução TC n° 07/2012 dispôs sobre o acesso à informação e aplicação da referida lei federal, implantando o Serviço de Informação ao Cidadão–SIC. Foram registradas, em 2013, **363** solicitações de informações e todas foram respondidas.

> No site do Tribunal de Contas, na parte referente a essa lei, encontram-se muitas informações sobre o funcionamento do Tribunal, destacando-se: Finanças, Licitações, Contratos, Patrimônio, Portarias e Gestão de Pessoas. Visando à transparência com relação à Gestão de Pessoas, são divulgados quantitativos e valores de remuneração dos cargos efetivos, em comissão e das funções gratificadas que integram a estrutura organizacional do TCE-PE, além de dados sobre servidores à disposição e do valor do salário de cada servidor.

> O "TCEndo Cidadania" é um programa que visa a atender a um dos objetivos estratégicos da instituição que é o de mobilizar a sociedade para o controle social. Tem como objetivo principal desenvolver a consciência crítica do cidadão, estimulando a sua participação na definição do uso dos recursos públicos e na fiscalização de sua correta aplicação, aproximando o TCE-PE da população, através da realização de ações a serem desenvolvidas, buscando o fortalecimento da cidadania e a melhoria da gestão pública nos municípios.

> Foi consolidado através da publicação da instrução normativa n° 01, de 13 de fevereiro de 2012, que regulamentou as ações promovidas de incentivo ao controle social. O TCEndo Cidadania é composto pelas seguintes ações: a) Escola de Cidadania, b) Fórum TCEndo Cidadania e c) Capacitação para Membros dos Conselhos Municipais e Estaduais. O referido programa, no período de 2012 a 2013 atingiu **14.268** participantes.

> A ação “Escola da Cidadania” esteve presente em escolas/colégios/faculdades de municípios da Região Metropolitana do Recife e no interior do Estado, além da visita de estudantes ao Tribunal, atingindo no período de 2012 a 2013, um total de **10.961** alunos.

> O programa TCEndo Cidadania, através da ação Escola da Cidadania, recebeu o prêmio “Construindo a Nação 2012” na área de Políticas Públicas, promovido pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento da Cidadania de São Paulo. Participaram dessa premiação **593** projetos inscritos em todo o Brasil.

> A ação “Fórum TCEndo Cidadania”, no período de 2012 a 2013, contou com a participação de **1.577** cidadãos, sendo visitados **16** municípios.

> Na ação “Capacitação de Representantes de Conselhos Municipais e Estaduais”, no período de 2012 a 2013, foram atendidos **41** municípios, sendo **1.730** membros da sociedade civil capacitados. Os municípios de Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe e Recife participaram dessa ação tanto em 2012 como em 2013.

> A ação “Atendimento ao Cidadão”, em 2012 e 2013, teve um registro de **998** e **1.272** demandas da sociedade, respectivamente, sendo a grande maioria sobre Atos de Gestão (2012 = **67,4%** e 2013 = **65,1%**).

> A taxa de demandas do cidadão atendidas em 2012 foi de **51,1%** e de **58,9%** em 2013**.** O estoque de demandas em 2013 ainda pendentes de solução foi de **673.**

> A taxa de satisfação do cidadão com os serviços da Ouvidoria foi em 2012 de **82,0%** e em 2013 atingiu **75,1%.** Em 2013, o tempo médio de demandas do cidadão concluídas foi de **117 dias**.

> Outra forma importante de comunicação com o público externo é o meio eletrônico (internet) onde o sítio do TCE-PE contabilizou **430.881** acessos em 2012 e **466.566** em 2013.

> O projeto “Parcerias Regionais Permanentes” tem como propósito promover aproximação entre o Tribunal de Contas e entidades do Terceiro Setor que atuam ou podem atuar no âmbito do Controle Social, estabelecendo um canal de comunicação ativo e permanente. No ano de 2012, foram realizados dois encontros em Petrolina e Palmares, correspondendo a **58** entidades sociais participantes. Em 2013, um na região de jurisdição da Inspetoria de Arcoverde (Arcoverde e Alagoinha), e outro, na jurisdição da Inspetoria de Bezerros (Bezerros e Caruaru), correspondendo a **4** municípios visitados e **95** entidades sociais participantes do projeto.

II – PROCESSOS INTERNOS:

> O TCE-PE definiu duas metas mobilizadoras para 2013 referentes à eficiência do processo de controle externo, a seguir descritas:

META MOBILIZADORA 2:
Aumentar o índice de processos julgados tempestivamente para 58,5%.
META MOBILIZADORA 3:
Reduzir para 41,4% o índice de estoque dos processos acima do prazo para julgamento.

> O índice de processos julgados tempestivamente atingiu o valor de **54,3%** e o índice de estoque dos processos alcançou o valor de **48,5%.**

> No período de 2012 a 2013, foram julgados **11.631** e **12.244** processos, respectivamente. Desses totais, **9.118 (78,4%)** e **9.486 (77,5%)** foram referentes a Aposentadorias, Pensões e Reformas (APR).

> O tempo médio de processos julgados no TCE-PE é de **362** dias e a idade média dos processos em estoque é de **409** dias.

> O projeto do Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade – Sagres teve como principal resultado a instituição da coleta de dados em formato que permite análise automatizada. Atualmente, a base de dados do SAGRES contém orçamentos do ano de 2013 de **180 municípios**, perfazendo um total de mais de **R$ 18,86 bilhões**, passíveis de serem auditados.

> O Tribunal de Contas desenvolveu no período de 2012-2013 diversas ações para buscar o fortalecimento da imagem institucional. Foi implementado o TCE Notícias, programa de rádio que tem por objetivo aproximar o cidadão do TCE-PE, com grande repercussão em mais de **120** cidades do interior de Pernambuco.

> Outras ações de comunicação e relacionamento com a imprensa também contribuíram para uma maior exposição midiática, tais como a realização de coletivas de imprensa no Recife e no interior. Além disso, houve uma série de entrevistas ao vivo com a Presidente nas rádios de grande audiência na capital e no interior, como Rádio CBN, Rádio Cultura (Caruaru), Rádio Liberdade, entre outras.

> A atuação do Tribunal de Contas junto aos órgãos de imprensa resultou num considerável aumento na mídia espontânea do TCE-PE. Houve um crescimento da ordem de **68,0%** em relação a 2012 de matérias positivas e neutras publicadas na mídia impressa.

> Ainda no exercício de 2013, foi reformulado o site da internet da instituição. Com essa atualização, o TCE-PE buscou oferecer à sociedade mais facilidades e mais funcionalidades no fornecimento das informações contidas no site institucional.

> Dentre as ações desenvolvidas pelo TCE-PE no período de 2012 a 2013 para a melhoria das instalações físicas de suas unidades com o objetivo de proporcionar melhores condições de trabalho a seus servidores, destacam-se:

- Conclusão da 1ª Etapa da reforma do novo prédio da ECPBG Aurora.
- Execução parcial da reforma do Anexo I para instalação das Divisões de Patrimônio – DIPA e de Material - DIMA e sala de Back Up do TCE-PE.
- Execução de projeto de novo anel ótico para transmissão de dados, envolvendo ECPBG Aurora, Anexo I, ECPBG Mário Melo, edifícios Nilo Coelho e Dom Helder.
- Aquisição do Imóvel da Compesa vizinho ao edifício Dom Helder Câmara para futura instalação do TCE-PE (estacionamento, novo plenário e outros).
- Climatização das copas do Ed. Dom Hélder.
- Conclusão das instalações da sala de digitalização e certificação de documentos.
- Ampliação da Biblioteca.
- Conclusão do refeitório dos terceirizados.
- Reforma no auditório do 10º andar para atendimento às exigências legais sobre acessibilidade.
- Execução da reforma do Anexo I para instalação das Divisões de Patrimônio e de Material e sala de backup.
- Execução de projeto de novo anel ótico para transmissão de dados, envolvendo ECPBG/Aurora, Anexo I, Escola de Contas / Mário Melo, edifícios Nilo Coelho e Dom Hélder.
- Implantação do Projeto de Estruturação das Inspetorias Regionais.
- Início da reforma do 6º pavimento do Ed. Nilo Coelho e do 4º pavimento do Ed. Dom Hélder.

> A execução orçamentária do Tribunal em 2012 e 2013 somou, respectivamente, **R$ 245.061.783,15** e **R$ 281.816.732,73** atingindo **92,1%** em 2012 e **93,3%** em 2013. Para alguns programas, a execução orçamentária de 2013 está descrita a seguir:

- Controle externo da aplicação dos recursos públicos do estado e dos municípios de PE = **98,5%;**

- Adequação das Instalações Físicas do TCE-PE = **83,7%;**
- Gestão Administrativa das ações do Tribunal de Contas = **88,9%;**
- Operação e Manutenção das Atividades de Informática no TCE-PE = **58,3%;**
- Comunicação institucional do TCE-PE = **91,7%;**
- Capacitação e valorização de gestores e servidores do TCE-PE = **80,9%.**

> As despesas de Pessoal e Encargos Sociais do TCE-PE, segundo o Relatório de Gestão Fiscal referente ao terceiro quadrimestre de 2013, corresponderam a **1,34%** da Receita Corrente Líquida (RCL) do Estado de Pernambuco nesse ano, percentual inferior ao limite prudencial de **1,48%** da RCL, o que evidencia o pleno cumprimento dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e confirma a prudência do TCE-PE nas suas estimativas ante o desempenho da RCL em 2013.

III – PESSOAS E INOVAÇÃO

> Em 31 de dezembro de 2013, a força de trabalho do TCE-PE constava de **877** funcionários - com **75,9%** de servidores efetivos, **5,5%** de cargos comissionados (sem vínculo) e **18,6%** de servidores à disposição do Tribunal.

> Os cargos vitalícios e efetivos do TCE-PE estão ocupados por **713** servidores, havendo em 2013 **24** cargos vagos, assim distribuídos:

- Auditor (Substituto de Conselheiro) = **1;**
- Procurador do Ministério Público de Contas = **2**;
- Auditor das Contas Públicas = **10;**
- Técnico de Auditoria das Contas Públicas = **5;**
- Assistente Técnico de Plenário = **1;**
- Assistente Técnico de Administração e Informática = **4**
- Agente de Segurança = **1**

> A força de trabalho do TCE-PE está alocada em 2013 nas seguintes áreas:

- Julgamento de processos: **25,2%** dos funcionários;
- Instrução de processos: **47,1%** dos funcionários;
- Administração: **27,7%** dos funcionários.

> Em 2012, foi concebido o Programa Merecer, em substituição ao Prêmio de Valorização, que visa reconhecer publicamente os servidores com alto desempenho, utilizando como fonte a nota de avaliação de desempenho individual alinhada à nota de avaliação de desempenho institucional. Esse Programa oferece incentivos institucionais para servidores com alto desempenho, tendo ocorrida a primeira premiação em 2013, com um total de **292** servidores beneficiados.

> A taxa de percepção da valorização da meritocracia no TCE-PE atingiu em 2013 o valor de **62,0%.** Outro indicador importante é a taxa de motivação dos servidores, que alcançou **80,1%.**

> Do total de servidores avaliados em 2012, **91,9%** atenderam a expectativa de desempenho.

> Com a finalidade de fortalecer a Política de Capacitação do Tribunal e aprimorar o desempenho institucional, em 2012 e 2013, foram levantadas as necessidades de capacitação para os servidores do TCE-PE. Além

disso, foi aprimorado o Sistema Informatizado de Acompanhamento de Capacitação – SACA, que permite a cada servidor o acompanhamento das capacitações internas e externas realizadas, a partir do Plano de Desenvolvimento Individual – PDI.

> Destaque em 2013 para as diversas turmas do curso de Padrões de Auditoria de Conformidade com a participação de **310** servidores.

> A taxa de abrangência das capacitações atingiu **90,6%** e **91,4%,** em 2012 e 2013, respectivamente, e o número de servidores treinados atingiu **800** e **813** no mesmo período.

> A Escola de Contas firmou parceria para a realização de cursos de excelência voltados aos servidores do TCE-PE. Trata-se de uma ação conjunta com a Escola Superior da Magistratura de Pernambuco – Esmape para a realização do curso de pós-graduação em Direito Público com Foco no Controle Externo dos Tribunais de Contas. Esse curso abrange uma carga de **360** horas-aula e se realiza em **18** meses. Em 2012, contou com **37** alunos, sendo **30** servidores do TCE-PE e os demais de outros órgãos.

> Visando ao aperfeiçoamento das lideranças, **55** gestores do Tribunal, sendo **28** em 2012 e **27** em 2013, foram capacitados no Programa de Gestão Avançada Amana-Key – APG Sênior, em São Paulo. A taxa de satisfação dos servidores com a liderança do Tribunal foi de **75,4%** em 2013.

> Em 2012, o "Índice de recursos aplicados em educação corporativa por servidor" foi de **R$ 768,15 e** em 2013 correspondeu a **R$ 1.005,24.**

> Através do programa de Qualidade de Vida, chamado TCEndo Saúde, cuja taxa de satisfação dos servidores foi de 68,1%, o TCE-PE desenvolveu ações visando à melhoria e bem estar da saúde física e mental dos servidores, durante os anos de 2012-2013: a) Incentivo à alimentação saudável, b) Incentivo à atividade física, c) Gerenciamento do estresse e d) Implantação do programa de preparação para a aposentadoria.

> Foram realizadas **4** oficinas do conhecimento, em cada ano, com um total de **1.254** participantes.

> Em 2013, o desempenho de todos os objetivos estratégicos (representado pelo avanço dos indicadores estratégicos) foi de **104,5%** assim distribuídos por perspectivas:

- Resultados para a Sociedade = **112,9%;**
- Processos Internos = **102,1%;**
- Pessoas e Inovação = **98,4%.**

> Com relação ao desempenho de todos os objetivos de contribuição (representado pelo avanço dos indicadores de contribuição) foi de **104,5%,** assim distribuídos por perspectivas:

- Resultados para a Sociedade = **112,9%;**
- Processos Internos = **102,1%;**
- Pessoas e Inovação = **98,4%**

> São marcos da gestão do TCE-PE, para o ano de 2013, os projetos estruturantes descritos a seguir que atingiram o avanço médio de **87,9%:**

- Mensuração dos Benefícios Gerados pela Atuação do TCE-PE = **100,0%;**
- Aprimoramento da Metod. de Acompanhamento da Efetividade das Ações de Cont. Externo = **97,0%;**

- Transparência dos Débitos e Multas = **99,2%;**
- Processo Eletrônico do TCE-PE = **100,0%;**
- Implantação do Gerenciamento de Custos no Processo de Controle Externo = **54,5%;**
- Aprimoramento do Programa de Qualidade de Vida = **100,0%;**
- Merecer = **98,7%;**
- Estruturação da Política de Segurança da Informação = **76,8%;**
- Revisão do Modelo Organizacional = **100,0%;**
- Automação de Auditoria = **98,8%;**
- Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade – Sagres = **82,0%**
- Implantação do Modelo de Gestão do Conhecimento = **98,3%**

> O Tribunal vem utilizando o indicador Índice de governança de TI – iGovTI para medir seu grau de maturidade em relação a essa matéria. Esse índice, que é baseado em metodologia desenvolvida pelo TCU, foi igual a **38%** em 2012, o que posicionou o TCE-PE no estágio inicial de governança. Em 2013, a medição realizada colocou o Tribunal no início da faixa intermediária (de 40% a 59%) com índice de maturidade de **44%.**

> Nos últimos anos, o TCE-PE vem investindo fortemente na automação dos processos de trabalho referentes ao Controle Externo. A auditoria do TCE-PE dispõe de dados estruturados relativos à execução orçamentária e financeira, à contabilidade e à folha de pagamento da grande maioria dos jurisdicionados municipais. Para viabilizar a análise e o cruzamento do grande volume de dados coletados, foi adquirida uma ferramenta de BI (*Business Intelligence*). Essa ferramenta tem auxiliado os auditores principalmente na fase de planejamento das auditorias, identificando áreas e órgãos em que há maior risco de desvios nas condutas administrativas.

> O Tribunal tem investido também na informatização das ferramentas de suporte ao processo de trabalho. Essas ferramentas tem por objetivo principal automatizar as atividades de menor complexidade, permitindo ao auditor uma análise mais aprofundada das informações prestadas pelos órgãos jurisdicionados. É o caso dos sistemas e-AUD (Planejamento e Execução Eletrônico de Auditorias), PA-e (Programa Eletrônico de Auditoria) e Prever (Cálculo de Aposentadorias e Pensões), que auxiliam o auditor incluive na elaboração do relatório de auditoria. A automação do processo de controle externo atingiu o índice de **68,0%** em 2013.

1 – INTRODUÇÃO

No segundo semestre de 2012, o TCE-PE concluiu a elaboração do III Plano Estratégico, para o período 2013-2018, com uma metodologia de caráter participativo, havendo sido construída a seguinte identidade organizacional:

NEGÓCIO:

Melhoria da Gestão Pública

MISSÃO:

Fiscalizar e orientar a gestão pública em benefício da sociedade

VISÃO:

Ser reconhecido como instrumento efetivo na melhoria da gestão pública, na defesa do interesse social e no combate à corrupção.

Este relatório foi elaborado tomando por base as perspectivas contidas no Mapa Estratégico do Tribunal (Resultados para a Sociedade, Processos Internos e Pessoas e Inovação), além dos respectivos objetivos estratégicos, cujas ações e resultados alcançados estão distribuídos em diversos capítulos.

No segundo capítulo - **"Resultados para a Sociedade" -** estão descritas as principais ações desenvolvidas referentes aos temas: a) Efetividade das Ações de Controle Externo, b) Aperfeiçoamento da Gestão Pública e c) Transparência e Controle Social.

O terceiro - **"Processos Internos" -** está representado pelos assuntos: a) Eficiência do Processo de Controle Externo, b) Fortalecimento da Imagem Institucional e c) Gestão Administrativa e Financeira do TCE-PE.

No quarto capítulo - **"Pessoas e Inovação" -** foram desenvolvidas ações referentes à: a) Gestão de Pessoas e do Conhecimento Organizacional e b) Gestão por Resultados e da Tecnologia da informação.

2 – RESULTADOS PARA A SOCIEDADE

A perspectiva “Resultados para a Sociedade” do Mapa Estratégico do Tribunal de Contas está sendo analisada de acordo com os seguintes itens: a) Efetividade das Ações de Controle Externo, b) Aperfeiçoamento da Gestão Pública e c) Transparência e Controle Social.

2.1 – Efetividade das Ações de Controle Externo

A efetividade das ações de controle externo está sendo analisada de acordo com os seguintes tópicos: a) Benefícios das Ações de Controle Externo, b) Débitos e Multas, c) Atuação Concomitante, d) Julgamento das Contas dos Jurisdicionados e e) Monitoramento do Julgamento dos Pareceres Prévios pelas Câmaras Municipais.

2.1.1 – Benefícios das Ações de Controle Externo

A atuação do Tribunal de Contas gera benefícios, financeiros e não financeiros, à sociedade pernambucana, tendo em vista que fiscaliza a execução das políticas públicas e a correta aplicação dos recursos públicos.

O Tribunal definiu para 2013 três metas mobilzadoras que têm por finalidade indicar áreas e projetos prioritários em que servidores e dirigentes concentrarão seus esforços, mobilizando toda a Casa para a sua consecução. A primeira meta mobilizadora está explícita a seguir e as outras duas referentes à eficiência do Tribunal, estão descritas no item 3.1.1.

META MOBILIZADORA PARA 2013:
1 - Entregar para a sociedade em benefícios financeiros pelos menos duas vezes o valor do orçamento ajustado do TCE-PE em 2013.

Essa meta mobilizadora foi atingida, tanto em 2012 como em 2013, tendo em vista que para cada **R$ 1,00** de recursos estaduais alocados no Tribunal, o benefício à sociedade foi de **R$ 3,36 e** de **R$ 2,91,** respectivamente.

2012

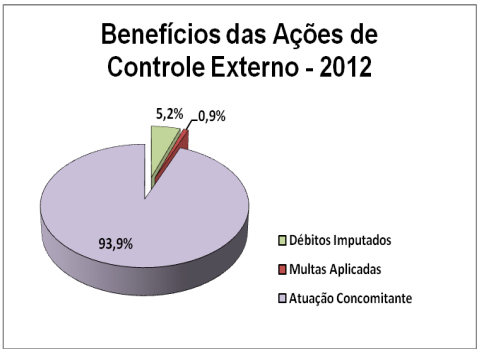
2013

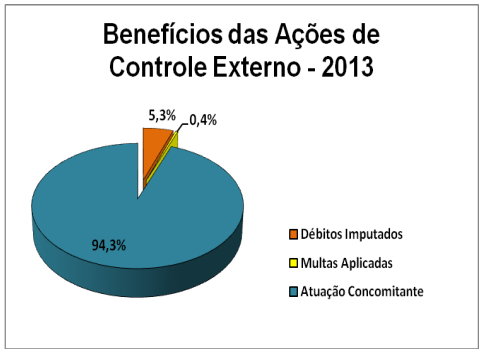
Os valores dos benefícios, potenciais e efetivos, referentes ao período 2012-2013, estão discriminados a seguir:

Benefícios		Recursos Financeiros (R$ 1.000,00)			
Natureza	**Tipo**	**Estaduais**	**Municipais**	**Total**	**%**
2012					
Resultado **Potencial** (*)	Débitos Imputados	4.077,79	39.056,70	**43.134,49**	**5,2**
	Multas Aplicadas	288,34	6.799,18	**7.087,52**	**0,9**
Resultado **Efetivo**	Atuação Concomitante	752.786,02	20.000,70	**772.786,72**	**93,9**
	TOTAL	**757.152,15**	**65.856,58**	**823.008,73**	**100,0**
2013					
Resultado **Potencial** (*)	Débitos Imputados	1.806,06	44.358,19	**46.164,25**	**5,3**
	Multas Aplicadas	93,73	3.555,64	**3.649,37**	**0,4**
Resultado **Efetivo**	Atuação Concomitante	685.072,93	144.315,30	**829.388,23**	**94,3**
	TOTAL	**686.972,72**	**192.229,13**	**879.201,85**	**100,0**
	TOTAL DO BIÊNIO	**1.444.124,87**	**258.085,71**	**1.702.210,58**	**-**

Fonte: Sistema Informatizado Channel e Sistema e-AUD

(*) Para o cálculo do resultado potencial, consideram-se os valores publicados no Diário Oficial, independentemente do trânsito em julgado.





Fonte: Sistema Informatizado Channel e Sistema e-AUD

O quadro abaixo apresenta a distribuição dos benefícios financeiros, resultantes da atuação concomitante, com a descrição dos benefícios para o período 2012-2013:

Unidades Gestoras	Valor dos Benefícios (R$ 1.000,00)	Descrição dos Benefícios Resultantes da Atuação do Tribunal de Contas

2012		
Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros - SUAPE	361.035,00	Recuperação de receitas de arrendamento do Terminal de Contêineres de SUAPE cobradas a menor.
Secretaria de Administração do Estado	232.560,00	Redução do preço do edital em função do aumento da competitividade no pregão do PE-Conectado.
Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros - SUAPE	33.600,00	Adequação dos contratos de consultoria aos valores de mercado.
Secretaria de Educação do Estado	26.000,00	Redução do preço do edital em função do aumento da competitividade na licitação de aquisição de tablets.
Companhia Pernambucana de Saneamento - Compesa	26.800,00	Redução do preço do orçamento do Pregão Nº 009 / 2012, cujo objeto é o "Registro de Preços, objetivando a aquisição de tubos em PVC".
Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes	14.700,00	Redução de preço máximo em processo licitatório.
Sec. das Cidades do Estado	17.539,00	Redução de preço máximo em processo licitatório.
Sec. de Educação do Estado	10.744,97	Redução de preço máximo em processo licitatório.
Unidades Gestoras	**Valor dos Benefícios (R$ 1.000,00)**	**Descrição dos Benefícios Resultantes da Atuação do Tribunal de Contas**
Sec. de Turismo do Estado	5.033,00	Redução de preço máximo em processo licitatório.
Outras	44.804,75	-
TOTAL	**772.786,72**	**-**
2013		
Secretaria do Governo de PE	419.200,00	Redução da Taxa de Retorno, referente ao consórcio com a Compesa para **8,64%.**
Prefeitura Municipal de Paulista	88.976,36	Redução de **R$ 690.991.206,00** para **R$ 602.014.857,00** na contratação dos serviços de limpeza urbana do município por meio de Parceria Público-Privada.
Perpart Investimentos S.A.	42.104,24	A direção da Perpart comprometeu-se, através de processo de Termo de Ajuste de Gestão, a adotar medidas corretivas que evitarão impacto tributário de **R$ 42.104.240,00** junto à Receita Federal por omissão de receitas, quanto a valores de imóveis não contabilizados.
Empresa de Urbanização do Recife	31.409,23	Republicação de edital - para a contratação de empresa especializada visando à elaboração e desenvolvimento do Projeto Básico de Adequação Viária da II Perimetral, III Perimetral e Radial Sul, no Recife, para Implantação do Corredor Exclusivo de Ônibus – cujo preço máximo foi reduzido de **R$ 37.355.582,20** para **R$ 5.946.355,18**.
Agência Estadual de Tecnologia da Informação	25.125,01	Anulação do Pregão Eletrônico nº 020/2011 da ATI, publicada no DOE 25/05/2013.
Secretaria de Transportes	21.558,89	Republicação da licitação no valor de **R$ 51.593.390,78** e antes era de **R$ 73.152.282,44.**
Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana do Recife - Emlurb	18.521,58	Economia estimada de **R$ 18.521.579,05** na contratação de serviço de limpeza e manutenção dos cemitérios municipais.
Secretaria das Cidades	16.428,97	Redução de **R$ 112.999.482,97** para **R$ 96.570.509,59,** na implantação do ramal da Av. Agamenon Magalhães do corredor de transporte público de passageiros norte-sul**.**
Secretaria das Cidades	13.428,03	Redução no preço máximo do processo licitatório (Concorrência 01 CEL/2013), que teve como objeto a execução das obras de implantação de 7 Estações Fluviais, do galpão de manutenção e execução da sinalização náutica.

Várias Unidades Gestoras	79.777,77	Cruzamentos de dados na base do "SAGRES Pessoal 2013" identificaram possíveis acumulações indevidas de vínculos nos municípios e no estado. Foram afastados **179** servidores com dois vínculos e **126** com três ou mais vínculos, totalizando **R$ 1.329.629,48** de redução de despesas. Multiplicando este valor por **60** meses, há um benefício de **R$ 79.777.768,80.**
Outras	72.858,15	-
TOTAL	**829.388,23**	-

Fonte: Sistema e-AUD

Considerando o total acumulado dos **24** meses, o montante dos benefícios atingiu a importância de **R$ 1.702.210.577,43** (preços correntes), com a participação de **84,8%** para recursos estaduais e **15,2%** municipais, conforme demonstrado a seguir:

Ano	Benefícios Financeiros (preços correntes)				
	Estaduais		Municipais		TOTAL
	R$ 1.000,00	%	R$ 1.000,00	%	R$ 1.000,00
2012	757.152,15	92,0	65.856,58	8,0	823.008,73
2013	686.972,92	78,1	192.229,13	21,9	879.201,85
2012-2013	1.444.124,87	84,8	258.085,71	15,2	1.702.210,58

Fonte: Sistema Informatizado Channel

2.1.2 – Débitos e Multas

Cabe aos Tribunais de Contas do Brasil, de acordo com a Constituição Federal, a imputação de débitos e multas aos jurisdicionados, cuja execução no TCE-PE está discriminada a seguir:

a) Débitos Imputados

Conforme os artigos 62 e 63 da Lei Nº 12.600/2004, que dispõe sobre a Lei Orgânica do TCE-PE, o Tribunal poderá imputar débito ao agente público e essa imputação, segundo o § 3º do inciso XI do art. 71 da Constituição da República, terá eficácia de título executivo.

Após o trânsito em julgado das deliberações proferidas em que houve imputação de débito, são emitidas Certidões de Débito pela Corregedoria, as quais são encaminhadas pelo Ministério Público de Contas - MPCO às Prefeituras ou à Procuradoria Geral do Estado (conforme o débito seja municipal ou estadual, respectivamente) para serem adotadas as providências cabíveis no tocante ao resgate desses valores, como a inscrição em Dívida Ativa e a cobrança administrativa e judicial.

Nos anos de 2012 e 2013, o Tribunal imputou os seguintes valores correspondentes a débitos, ressaltando que são mais significativos os débitos municipais:

Ano	Débitos Imputados				
	Estaduais		Municipais		TOTAL
	R$ 1.000,00	%	R$ 1.000,00	%	R$ 1.000,00
2012	4.077,79	9,5	39.056,69	90,5	**43.134,48**
2013	1.806,06	3,9	44.358,19	96,1	**46.164,25**

Fonte: Sistema Informatizado Channel

b) Multas Aplicadas

De acordo com o § 9º do art. 73 da Lei Orgânica dessa Corte de Contas (Lei nº 12.600/04), "os valores das multas (...) aplicadas em processos referentes a entes municipais serão revertidos ao Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Reequipamento Técnico do Tribunal". No período de 2012-2013, mais de **95,0%** do valor das multas aplicadas se referem a jurisdicionados municipais, conforme exposto na planilha a seguir:

Ano	Multas Aplicadas (*)				
	Estaduais		Municipais		TOTAL
	R$ 1.000,00	%	R$ 1.000,00	%	R$ 1.000,00
2012	288,34	4,1	6.799,18	95,9	**7.087,52**
2013	93,72	2,6	3.555,64	97,4	**3.649,36**

Fonte: Sistema Informatizado Channel
(*) Valores registrados após o trânsito em julgado das deliberações.

A taxa de multas municipais arrecadadas nos últimos seis anos teve a seguinte configuração:

Ano	Valor das Multas Municipais Aplicadas (*) (R$ 1.000,00)	Valor das Multas Municipais Arrecadadas (R$ 1.000,00)	Taxa de Multas Municipais Arrecadadas
2012	9.245,93	3.874,56	41,9%
2013	11.755,77	5.296,99	45,1%

Fonte: Corregedoria - CORG
(*) Nos últimos 6 anos

2.1.3 – Atuação Concomitante

O Tribunal de Contas no período de 2012-2013 intensificou a atuação concomitante e preventiva, analisando os fatos e atos de gestão no momento em que ocorrem, ou seja, ao tempo em que se efetiva o objeto auditado: obras, serviços ou publicação de editais convocatórios. Foi dada ênfase a: a) Auditorias de Acompanhamento, b) Análises de Editais e c) Emissão de Medidas Cautelares.

a) Auditorias de Acompanhamento

Foram realizadas auditorias de acompanhamento, de 2012 a 2013, em unidades gestoras estaduais e municipais, nas áreas contábil, administrativa, saúde, educação, previdência, bem como em obras e serviços de engenharia, cujas informações mais detalhadas encontram-se na planilha a seguir:

Ano	Auditorias de Acompanhamento realizadas	Valores (R$ bilhão)	Total de Achados de Auditorias Negativos

2012	529	32,2	2.892
2013	682	36,3	1.858

Fonte: Coordenadoria de Controle Externo - CCE

b) Análises de Licitações

Outra ação que contribuiu para o aumento da efetividade da atuação do Tribunal de Contas foi a análise de editais, na medida em que as falhas foram identificadas antes da realização das licitações e dos concursos públicos. Os editais analisados ao longo do período retrataram a seguinte situação:

Ano	Análises Realizadas	Valores (R$ bilhões)	Editais com Falhas (a)	Editais Revistos pelo Gestor (b)	Taxa de Efetividade das Análises de Editais (b) / (a)
2012	320	24,8	61	37	60,6%
2013	352	35,0	121	61	50,4%

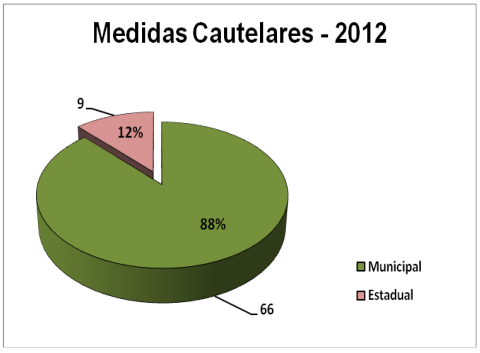
Fonte: Coordenadoria de Controle Externo – CCE

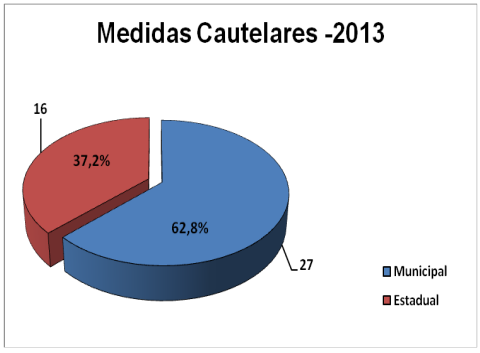
Áreas de Atuação	2012			2013		
	Nº de Proced. Licitatórios Analisados	Valores		Nº de Proced. Licitatórios Analisados	Valores	
		R$ 1.000,00	%		R$ 1.000,00	%
Licitações	68	3.347.680,16	13,5	70	26.592.367,00	76,0
Controle Externo Municipal	63	283.410,09	1,1	97	224.041,00	0,6
Engenharia	103	19.996.337,28	80,6	81	7.899.835,00	22,6
Tecnologia da Informação	7	1.192.755,65	4,8	26	295.796,00	0,8
Atos de Pessoal	79	-	-	78	-	-
TOTAL	**320**	**24.820.183,18**	**100,0**	**352**	**35.012.041,00**	**100,0**

Fonte: Coordenadoria de Controle Externo - CCE

c) Emissão de Medidas Cautelares

No período de 2012 a 2013, foram emitidas **118** Medidas Cautelares, adotadas e referendadas pelo Pleno/Câmaras, sendo distribuídas da seguinte forma pela esfera estadual e municipal:





Fonte: Diretoria de Plenário - DP

A distribuição dessas Medidas Cautelares por unidades gestoras aconteceu como demonstrada na planilha abaixo:

Unidades Gestoras	Medidas Cautelares	
	2012	2013
Estaduais:	**9**	**16**
Agência Estadual de Tecnologia da Informação	1	-
Companhia Pernambucana de Saneamento - Compesa	3	1
Complexo Industrial Portuário Gov. Eraldo Gueiros - Suape	1	1
Departamento Estadual de Trânsito de PE - Detran	-	2
Distrito Estadual de Fernando de Noronha	-	1
Porto do Recife S.A	-	1
Secretaria de Administração	1	4
Secretaria de Desenvolvimento Econômico de PE	-	2
Secretaria de Desenvolvimento Social - SDS	-	1
Secretaria de Educação	1	1
Secretaria de Saúde	-	2
Universidade de Pernambuco – UPE	2	-
Municipais:	**66**	**27**
a) Prefeituras:	**40**	**23**
Afogados da Ingazeira	1	-
Afrânio	1	-
Angelim	-	1
Betânia	-	1
Brejo da Madre de Deus	3	-
Caetés	-	1
Calçado	-	1
Capoeiras	1	-
Carnaíba	-	1
Caruaru	1	-
Casinhas	1	-
Chã Grande	1	-
Custódia	1	-
Frei Miguelinho	1	-
Gameleira	1	1
Goiana	1	1
Ipojuca	1	-
Ipubi	1	-
Itacuruba	-	1
Jaboatão dos Guararapes	2	2
Lagoa dos gatos	-	1
Iati	-	1
Macaparana	1	-
Manari	1	-
Moreilândia	-	1

Unidades Gestoras	Medidas Cautelares	
	2012	2013
Olinda	-	1

Palmerina	1	1
Paulista	-	1
Pesqueira	1	-
Petrolina	1	-
Quixaba	-	1
Recife	1	2
Ribeirão	1	-
Salgueiro	1	-
Sanharó	-	1
Santa Cruz do Capibaribe	6	
Santa Filomena	-	1
São João	1	-
São José do Egito	-	1
Serinhaém	1	-
Tabira	1	-
Taquaritinga do Norte	1	-
Venturosa	2	-
Verdejante	2	-
Vertente do Lério	-	1
b) Câmaras:	**18**	**1**
Buique	3	-
Glória de Goitá	1	-
Ipojuca	1	-
Jaboatão dos Guararapes	1	-
Maraial	1	-
Paudalho	2	1
Sanharó	1	-
Santa Cruz do Capibaribe	1	-
Santa Filomena	1	-
São Bento do Una	1	-
São Vicente Ferrer	1	-
Taquaritinga do Norte	1	-
Toritama	1	-
Vitória de Santo Antão	2	-
c) Fundações/Autarquias/ Secretarias:	**8**	**3**
Autarquia de Saneamento do Recife	1	-
Autarquia Educacional do Araripe	1	-
Autarquia Mun. de Defesa Soc., Trânsito e Transp. de Caruaru	-	1
Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana do Recife - Emlurb	-	1
Empresa de Urbanização do Recife - URB	1	1
Fundação de Cultura da Cidade do Recife	3	-
Secretaria de Coordenação Política do Governo do Recife	1	-
Secretaria de Serviços Públicos da PCR	1	-
TOTAL	**75**	**43**

Fonte: Diretoria de Plenário - DP

Os principais assuntos objetos das Medidas Cautelares foram os seguintes:

Assuntos	Medidas Cautelares	
	2012	2013

atórios	30	29
a	8	10
citação	2	-
e Presenciais	11	13

Assuntos	Medidas Cautelares	
	2012	2013
	2	2
	1	-
	6	4
s	**45**	**14**
	13	7
s (à Decisão, a Pedido de Rescisão e a	20	-
s e a Decisões	5	-
	7	7
TOTAL	**75**	**43**

Fonte: Diretoria de Plenário - DP

2.1.4 – Julgamento das Contas dos Jurisdicionados

O julgamento das contas dos jurisdicionados, no período de 2012 a 2013, foi o seguinte, ressaltando que a recomendação de rejeição das contas de Prefeituras é muito alta nos dois anos em análise:

os	2012		2013	
	Nº	%	Nº	%
	Pareceres Prévios			
	2	0,6	2	0,7
	125	38,3	120	44,3
	187	57,4	146	53,9
	12	3,7	3	1,1
TAL	**326**	**100,0**	**271**	**100,00**
	Acórdãos Emitidos			
	4	3,7	130	76,0
	55	50,5	19	11,1
	47	43,1	20	11,7
	3	2,7	2	1,2
TAL	**109**	**100,0**	**171**	**100,0**
	Acórdãos Emitidos			
	37	80,5	44	73,3
	6	13,0	10	16,7
	3	6,5	6	10,0
TAL	**46**	**100,0**	**60**	**100,0**
	Acórdãos Emitidos			
	261	80,1	298	70,8
	26	8,0	24	5,7
	36	11,0	70	16,6
	3	0,9	29	6,9
TAL	**326**	**100,0**	**421**	**100,0**

	Acórdãos Emitidos			
	18	7,2	25	8,7
	81	32,5	118	41,3
	129	51,8	120	42,0
	14	5,7	19	6,6
	7	2,8	4	1,4
OTAL	**249**	**100,0**	**286**	**100,0**
	Acórdãos Emitidos			
	1	2,6	-	-
	9	23,7	14	40,6
	28	73,7	19	59,4
OTAL	**38**	**100,0**	**33**	**100,0**

Fonte: Diretoria de Plenário – DP

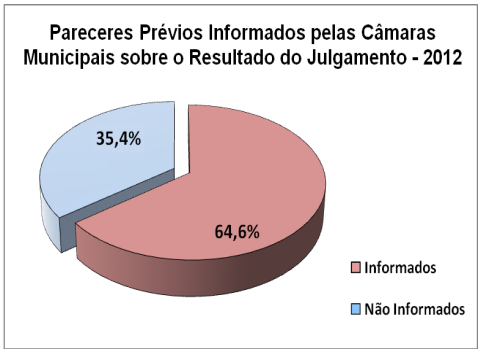
2.1.5 – Monitoramento do Julgamento dos Pareceres Prévios pelas Câmaras

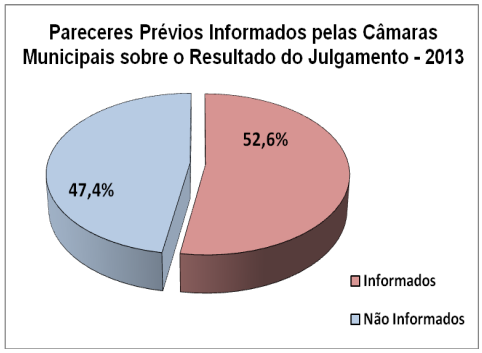
O Tribunal de Contas, no ano de 2012, através do projeto estratégico "Monitoramento do julgamento das Câmaras Municipais" fortaleceu sua parceria com o Ministério Público de Pernambuco, visando a uma maior efetividade das ações de controle externo desenvolvidas. Esse fato acarretou: a) O aprofundamento do debate com a sociedade acerca do julgamento pelas Câmaras dos pareceres prévios emitidos pelo Tribunal, sem a observância do devido processo legal e b) o aumento no número de Câmaras que informaram o seu julgamento ao Tribunal. É importante ressaltar que esta Corte de Contas foi a primeira no Brasil a desenvolver uma ação dessa natureza.

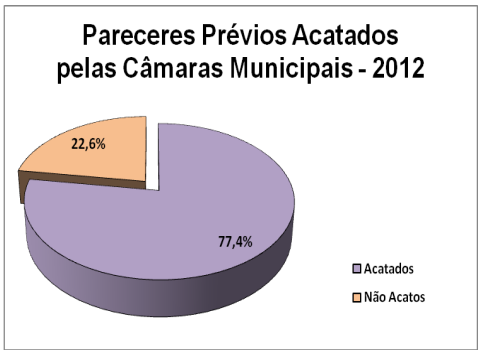
Quando do envio do opinativo às Câmaras, o TCE-PE tem enfatizado o prazo constitucional de **60** dias para julgamento e, findo esse período, a Corregedoria Geral solicitará a informação sobre o julgamento. No período de 2012 a 2013, os indicadores, explicitados a seguir, demonstram o esforço do Tribunal nesse sentido, mesmo reconhecendo que há muito ainda o que fazer nessa área de atuação**.**

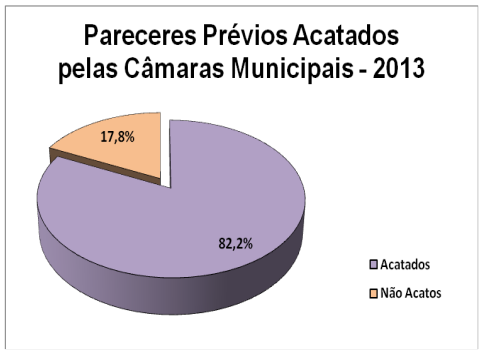
Indicadores	Ano (%)	
	2012	2013
Taxa de pareceres prévios emitidos pelo TCE-PE e informados pelas Câmaras Municipais o resultado do julgamento	64,6	52,6
Taxa de pareceres prévios emitidos pelo TCE-PE e acatados pelas Câmaras Municipais	77,4	82,2
Taxa de pareceres prévios emitidos pelo TCE-PE pela rejeição das contas e acatados pelas Câmaras Municipais	36,2	49,1

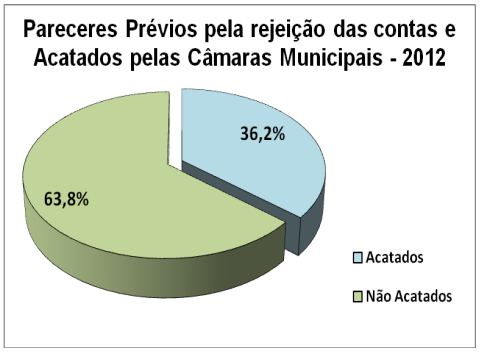
Fonte: Sistema Informatizado Channel
(*) Média móvel dos últimos 6 anos.

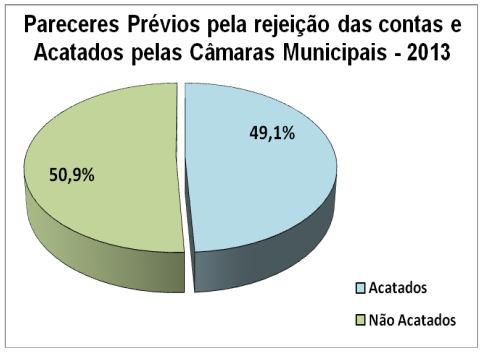












Fonte: Diretoria de Plenário - DP

É importante destacar que o Ministério Público de Contas realizou em 2012 a identificação do atual processo de monitoramento (principais segmentos administrativos envolvidos, fluxo de trabalho, gargalos, pontos de melhoria) e levantamento das experiências dos outros Tribunais de Contas nessa área. Foi elaborado um novo fluxo de trabalho, com o objetivo de possibilitar uma maior eficiência para as decisões do TCEPE.

2.2 – Aperfeiçoamento da Gestão Pública

O aperfeiçoamento da gestão pública sendo analisado de acordo com os seguintes assuntos: a) Orientação aos Servidores dos Jurisdicionados, b) Auditorias nos Regimes de Previdências Municipais, c) Termos de Ajuste de Gestão, d) Sustentabilidade Ambiental e Controle Externo, e) Articulação Institucional e f) Auditorias Operacionais.

2.2.1 – Orientação aos Servidores dos Jurisdicionados

a) Cursos Externos

Para melhoria da gestão pública, foram desenvolvidas pela Escola de Contas ações de capacitação em tópicos importantes, visando a um melhor desempenho das atividades dos servidores públicos das entidades fiscalizadas. Em 2012 e 2013, a Escola de Contas realizou **123** e **167** cursos, respectivamente, para **6.787** representantes de jurisdicionados do TCE-PE. Esses cursos foram ministrados nas seguintes áreas de concentração, destacando-se os cursos de Licitação Pública, Gestão Pública, Auditoria e Controle Interno, Contabilidade, Orçamento e Finanças Públicas.

Áreas de Concentração dos Cursos	Nº de Cursos Externos		Nº de Serv. dos Jurisdicionados Capacitados	
	2012	2013	2012	2013
Licitação Pública, Contratos e Convênios	37	46	1.033	931
Gestão Pública	6	24	132	719
Auditoria e Controle Interno	14	35	297	620
Contabilidade, Orçamento e Finanças Públicas	21	15	950	418
Atos de Pessoal e Previdência	7	10	202	238
Obras e Serviços de Engenharia	9	10	163	207
Direito	8	10	162	195
Informática e Sistemas do TCE-PE	9	9	108	174
Comportamental	4	4	50	96
Português	5	4	67	16
Outras	3	-	37	-
TOTAL	**123**	**167**	**3.173**	**3.614**

Fonte: Escola de Contas Professor Barreto Guimarães - ECPBG

Com a realização de todas essas capacitações, a Escola de Contas está atendendo não só às demandas dos jurisdicionados, mas às necessidades do TCE-PE, preparando os servidores públicos em diversas áreas de concentração, para os novos sistemas, novas metodologias, novas exigências de fiscalização, a exemplo de cursos na área de Controle Interno, Nova Contabilidade Pública, Elaboração de Orçamentos com o Sistema ORC-e, Pressupostos para a Contratação Integrada no Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC, Parcerias Público-Privadas e Concessões de Serviços Públicos, Resíduos Sólidos, etc. Nesse sentido, a Escola de Contas está cumprindo a sua missão de educar servidores públicos e cidadãos, contribuindo para a melhoria da gestão pública no estado e nos municípios de Pernambuco.

b) Cursos de Extensão

Em 2012 e 2013, a Escola inovou oferecendo cursos de extensão, com duração de **270** horas, onde são abordados temas específicos com um nível de detalhamento mais aprofundado em áreas que são bastante procuradas pelos jurisdicionados como, por exemplo, Licitações e Contratos Administrativos, que se configurou numa excelente experiência. Em 2013, a Escola resolveu ampliar sua gama de cursos dessa natureza e abriu a segunda turma de extensão em Licitações e Contratos Administrativos, além de duas novas turmas na área de Controle Interno. As informações sobre esses cursos de extensão são as seguintes:

Áreas de Concentração	Número de Alunos Participantes					
	2012			2013		
	Serv. de Jurisd.	Outros	Total	Serv. de Jurisdic.	Outros	TOTAL
Extensão em Licit. e Contratos Administrativos I	23	17	40	-	-	-
Extensão em Licit. e Contratos Administrativos II	-	-	-	23	17	40
Extensão em Controle Interno – Turma I	-	-	-	6	29	35
Extensão em Controle Interno – Turma II	-	-	-	20	7	27
TOTAL	**23**	**17**	**40**	**49**	**53**	**102**

Fonte: Escola de Contas Professor Barreto Guimarães - ECPBG

c) Curso de Pós-Graduação

Outra novidade da Escola é a execução do primeiro curso de pós-graduação em Gestão Pública e Controle, iniciado em abril de 2013, com **384** horas, certificado pela própria Escola, o qual pretende motivar cada aluno a compreender a transformação de administração burocrática, voltada para si mesma, para uma administração gerencial, ágil e voltada para o cidadão ou para finalidades e missões estrategicamente definidas para suas instituições. Em 2013, as informações sobre esse curso são as seguintes:

Alunos Participantes:..... **43**

- Servidores de órgãos públicos jurisdicionados..... 18
- Particulares..... 25

2.2.2 – Auditorias nos Regimes de Previdências Municipais

Após auditorias realizadas pelo TCE-PE em regimes de previdências municipais, os auditores concluíram que há indícios de que houve uso irregular, 2008 e 2012, de recursos que deveriam ser poupados para o pagamento futuro dos benefícios previdenciários dos servidores municipais. As análises apontaram **8** municípios com queda no volume de recursos de seus planos previdenciários entre os exercícios citados, que equivalem à última gestão antes das eleições municipais do ano passado. O desvio desse dinheiro e o uso dele para outros fins são ilegais, salvo raras exceções, como compensação previdenciária ou manutenção administrativa do regime, cujo percentual é limitado em **2%** do total das remunerações pagas no exercício anterior aos servidores ativos e inativos e aos pensionistas.

Atualmente, **143 (77,7%)** municípios dos **184** pernambucanos possuem Regime Próprio de Previdência Social**.** Destes, **129 (90,2%)** prestaram contas no ano passado ao Ministério da Previdência Social (MPS), informando, inclusive, a natureza de seus regimes. Dos **129**, possuem plano único **92** e apenas **37** realizaram segregação de massa (divisão do conjunto de segurados em dois grandes planos: um financeiro e outro previdenciário). Entre estes **37** estão os **8** municípios que apresentaram queda no volume de recursos de seus planos previdenciários.

Foi elaborado pelo TCE-PE um relatório sobre a situação em que se encontram os Fundos Próprios de **143** dos **184** municípios pernambucanos, advertindo o Ministério da Previdência para a gravidade da situação. Com o objetivo de aperfeiçoar cada vez mais a gestão pública nesse assunto específico, a presidente do Tribunal de Contas assinou em Brasília um termo de cooperação técnica com o Ministério da Previdência para capacitar os responsáveis pelos Fundos Próprios e as novas Normas de Contabilidade aplicadas ao setor público, além de possibilitar a troca de informações previdenciárias. O TCE-PE, a partir de agora, passa a ter acesso ao banco de dados do MPAS e se comprometeu a compartilhar informações sobre a situação previdenciária, fiscal, financeira e patrimonial dos Regimes Próprios de Previdência dos municípios de

Pernambuco.

2.2.3 – Termos de Ajuste de Gestão

O TCE-PE, através de sua Lei Orgânica (art. 21, inciso XIII), instituiu um importante instrumento de melhoria da gestão, denominado Termo de Ajuste de Gestão - TAG. Tal instrumento permite que o TCE-PE, a qualquer momento, possa firmar com o respectivo gestor ou representante legal da Entidade ou Poder, um TAG, sempre que em juízo de conveniência e oportunidade entender que tal instrumento atenda ao interesse público. No Termo de Ajuste de Gestão deverão constar, necessariamente, além de outros importantes aspectos, os seguintes elementos: a) especificação das obrigações assumidas, com os respectivos prazos, pelo gestor ou responsável legal, que assina o compromisso; b) fixação do valor da multa para o caso de descumprimento, total ou parcial, das obrigações assumidas. O TAG será formalizado como processo, sendo submetido, no prazo estabelecido de dez dias, à Câmara do Tribunal de Contas competente que decidirá sobre a sua homologação.

No período de 2012 a 2013, foram formalizados **43** TAGs referentes a unidades gestoras das esferas estadual e municipal, especificando as irregularidades cometidas, conforme constam nos quadros a seguir:

Ano	Unidades Gestoras		
	Estaduais	Municipais	Total
2012	3	5	8
2013	3	32	35

Fonte: Coordenadoria de Controle Externo - CCE

Unidades Gestoras	Data	Irregularidades
2012		
Estaduais:		
1 – Secretaria da Fazenda de PE e Empresas Estatais	11/2012	Não implementação da nova contabilidade societária em vigor no país.
2 – Pernambuco Participações S/A - Perpart	11/2012	Em relação a bens imóveis que não foram devidamente registrados na contabilidade (51% do total)
3 – Instituto Agronômico de Pernambuco-IPA	12/2012	Deficiências de natureza operacional nos sistemas de: a) controle e utilização de veículos; b) concessão e prestação de contas de diárias.
Municipais:		
1 – PM - Araripina	02/2012	Essas prefeituras, embora estejam disponibilizando algumas informações exigidas pela LRF (Artigos 48 e 49), não possuem em seu sítio na internet todas as informações exigidas pelos citados artigos, bem como pelo Decreto Federal 7.185/2010, que regulamenta o art. 48, parágrafo único, III, do mesmo Diploma Legal.
2 – PM - de Ipojuca	05/2012	
3 – PM - Vitória de S. Antão	05/2012	
4 – PM - Moreno	05/2012	
5 – PM - Belo Jardim	06/2012	Falhas em relação ao processo licitatório Pregão Presencial para aquisição, armazenamento e distribuição da merenda escolar.

6 – PM - Belo Jardim	07/2012	Notificação para efetivar a renovação da licença de operação de aterro sanitário.
7 – PM - Cupira	11/2012	Uso de veículos inapropriados para o transporte escolar.
8 – PM - Limoeiro	11/2012	Não disponibilização das contas públicas na internet e de serviço presencial de atendimento ao cidadão com fins de obtenção de informação.

2013		
Estaduais:		
1 – Pernambuco Participações S/A - Perpart	01/2013	Cumprimento de medidas corretivas acerca do registro contábil dos bens imóveis da entidade.
2 – Distrito Estadual de Fernando de Noronha	08/2013	Cadastro de prestadores de serviços.
3 – Departamento de Estradas e Rodagens – DER-PE	08/2013	Diagnóstico sobre as autênticas necessidades funcionais da autarquia.
Municipais:		
1 - PM-Petrolina	01/2013	Cumprimento de medida corretiva. Revogação da Lei Municipal Nº 2.038/2007 de 18/12/2007 que criou a Femsaude.
2 - PM-Saloá	01/2013	Realização de concurso público.
3 - PM-Cortês	04/2013	Realização de concurso público.
4 - PM-Cupira	04/2013	Concurso e FUNDEB.
5 - PM-Custódia	05/2013	Serviços de transporte escolar.
6 - PM-Calumbi	05/2013	Realização de concurso público.
7 - PM- Abreu e Lima	05/2013	Realização de concurso público.
8 - PM - Agrestina	11/2013	Melhorias nas unidades de saúde e nas escolas
9 - PM - Amaraji	11/2013	Melhorias na merenda e no transporte escolar
10 - PM - Bodocó	09/2013	Melhorias na educação
11 - PM - Carnaíba	11/2013	Melhoria no serviço de transporte escolar
12 - PM – Chã Grande	11/2013	Melhorias na educação.
13 - PM - Custódia	11/2013	Melhoria no controle de combustíveis.
14 - PM - Gameleira	10/2013	Melhoria na educação.
15 - PM - Goiana	08/2013	Realização de concurso público.
16 - PM - Ingazeira	08/2013	Melhoria da gestão da saúde.
17 - PM - Itaíba	11/2013	Melhoria na educação.
18 - PM - Jataúba	11/2013	Melhoria na educação.
19 - PM - Manari	11/2013	Melhoria na educação.
20 - PM - Paranatama	11/2013	Melhoria na educação.
21 - PM - Primavera	11/2013	Melhoria na educação.
22 - PM - Quipapá	11/2013	Melhoria na educação.
23 - PM - Quixaba	08/2013	Melhoria na gestão da saúde.
24 - PM – Santa Cruz	12/2013	Melhoria na educação.
25 - PM – Sta Cruz do Capib.	11/2013	Melhoria na gestão da saúde.

26 - PM – São Caetano	10/2013	Melhoria na gestão da saúde.
27 - PM - Tacaimbó	10/2013	Melhoria na educação.
28 - PM - Toritama	08/2013	Melhoria na gestão do serviço de limpeza urbana.
29 - PM – Vit. de Sto Antônio	10/2013	Melhoria na educação.
30 - PM – Vit. de Sto Antônio	10/2013	Melhoria na gestão do serviço de limpeza urbana.
31 – PM - Igarassu	12/2013	Contratação de empresa (limpeza urbana).
32 – PM - Tamandaré	12/2013	Concurso público.

Fonte: Coordenadoria de Controle Externo – CCE

2.2.4 – Sustentabilidade Ambiental e Controle Externo

Visando à melhoria da gestão pública, foi criado em 2012 no Tribunal de Contas o Grupo de Sustentabilidade Ambiental, cujo objetivo, direcionado ao Controle Externo, visa a orientar os gestores públicos acerca do cumprimento do que está estabelecido na legislação ambiental vigente, com destaque para a Lei Federal nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos. O Tribunal está desenvolvendo assim o seu papel pedagógico, para em seguida atuar de forma mais contundente na cobrança do cumprimento da citada legislação, desempenhando então o seu papel fiscalizador. Foram realizadas atividades de orientação e capacitação dos gestores públicos no tema. Essas ações visam ao cumprimento dos prazos estabelecidos na Política Nacional de Resíduos Sólidos por parte dos municípios. A seguir, as principais ações do Grupo de Sustentabilidade – Controle Externo desenvolvidas no período de 2012-2013:

- “I Encontro: Sustentabilidade e Controle Externo nos Municípios”, em 2012 - trouxe para os servidores do Tribunal e demais convidados informações acerca das contribuições do TCE-PE como órgão de controle externo, bem como de outros órgãos/entidades da administração pública, na busca pela sustentabilidade ambiental no estado, apresentando as ações a serem desenvolvidas por esses órgãos/entidades e debatendo o tema com alguns dos principais atores envolvidos.

- “II Encontro: Sustentabilidade e Controle Externo nos Municípios”, em 2013 - trouxe para os servidores do Tribunal e público externo informações acerca das principais ações de controle externo na área de sustentabilidade ambiental desenvolvidas pelo TCE-PE, o panorama da destinação dos resíduos sólidos em Pernambuco, a experiência bem sucedida do município de Sairé referente à destinação dos seus resíduos sólidos, além da atuação do MPPE nessa temática.

- Auditoria Operacional na CPRH, com foco nos critérios e procedimentos referentes à liberação da parcela do ICMS Socioambiental para os Municípios, relativa à existência e funcionamento de destinação ambientalmente adequada dos seus resíduos sólidos.

- Assinatura, juntamente com o MPPE, MPT, MPCO e CPRH, de Notificações Preliminares Preventivas, que foram encaminhadas aos prefeitos de todos dos municípios do Estado pelas promotorias do MPPE, visando a orientar a sua conduta acerca da necessária e urgente adoção de medidas de adequação frente ao ordenamento jurídico nacional vigente, no que tange à gestão dos resíduos sólidos municipais.

- Palestra de orientação para os prefeitos, acerca de ações relativas ao cumprimento das exigências estabelecidas na Política Nacional de Resíduos Sólidos, chamando a sua especial atenção para os prazos nela estabelecidos, bem como lhes apresentando um panorama da situação atual dos municípios pernambucanos em relação a essa temática e as várias alternativas para solução dos problemas existentes.

- Realização de capacitação, em todas as Inspetorias Regionais, para os gestores e demais servidores públicos municipais ligados à área de meio ambiente e infraestrutura, acerca dos principais aspectos técnicos e legais relativos aos Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e aos aterros sanitários (projetos, construção e à operação), chamando a sua especial atenção para o cumprimento das exigências estabelecidas na Política Nacional de Resíduos Sólidos.

- Desenvolvimento de um *hotsite* (http://www.tce.pe.gov.br/ecotce/) para a divulgação das principais ações desenvolvidas pelo Grupo de Sustentabilidade, com destaque para o Programa ECOTCE, disponibilizando para o público externo alguns documentos técnicos produzidos pelo Grupo, como a Cartilha Rito de Intervenções em Bens Culturais Afetados por Proteção Legal e as Orientações aos Gestores Municipais, para elaboração de Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PGIRS e implantação de Aterros Sanitários, lançados na I Feira Nacional do Sistema Controle Externo, durante o XXVII Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil.

Além disso, encontra-se em fase de desenvolvimento o Portal da Sustentabilidade, importante instrumento para a prática da transparência e para o estímulo ao controle social, que divulgará, entre outras coisas, o panorama da destinação final de resíduos sólidos de cada município de Pernambuco. Quando concluído (previsão para o 1º trimestre/2014), o Portal da Sustentabilidade substituirá o supracitado *hotsite*, no Portal do Cidadão.

2.2.5 - Articulação Institucional

Para melhorar a integração com os parceiros foram desenvolvidas ações de fortalecimento da articulação institucional, especialmente, com órgãos também ligados ao controle externo. Dos **54** convênios vigentes em 31 de dezembro de 2013, **11** tiveram início em 2012 e **17** em 2013, conforme planilha a seguir:

Convênio	Objeto	Vigência	
		Início	Término
1994			
1 – Secretaria da Fazenda de PE	Permuta de informações.	04/1994	Indeterminado
2000			
2 – Tribunal de Contas da Paraíba	Cessão de servidores.	10/2000	12/2013
2003			
3 - Prefeitura da Cidade do Recife	Cessão de pessoal.	05/2003	12/2013
4 – Secretaria da Fazenda de PE	Sistema unificado de informações de preços.	08/2003	Indeterminado

5 - Prefeitura da Cidade do Recife	Coleta de dados informatizados da execução orçamentária e financeira e licitações e contratos e alimentação do Sist. de Gerenciamento dos Recursos da Sociedade – SAGRES/PE.	12/2003	Indetermi-nado
2005			
6 - Assembleia Legislativa de PE	Cooperação técnica e administrativa tendo por objeto a cessão de pessoal especializado e a troca de informações.	02/2005	12/2013
2006			
7 – Tribunal de Contas do Piauí	Disponibilização mútua de tecnologia de informação entre os convenentes.	10/2006	05/2015
2007			
8 - Procuradoria Geral do Estado	Cooperação técnica.	12/2007	12/2017
2008			
9 – Conselho Regional dos Engenheiros - CREA	Verificação da participação de profissionais habilitados em estudos, projetos e implantação de empreendimentos de engenharia executados pelas entidades públicas da área jurisdicional do TCE-PE.	05/2008	05/2014
10 - Caixa Econômica Federal – CEF	Intercâmbio de dados e informações contábeis.	09/2008	09/2013
2009			
11 - Caixa Econômica Federal - CEF	Redução da taxa de juros de crédito imobiliário concedido aos servidores ativos, inativos ou pensionistas do TCE-PE.	05/2009	05/2014
12 - Tribunal Solidário	Cessão de uso da sala nº 309, do Edifício Nilo Coelho.	07/2009	12/2014
13 – Ministério da Prev. Social / Assoc. de Pesq. Estratégicas e Gerenc. de Riscos	Intercâmbio de informações visando às ações de combate à prática de atos ilícitos.	07/2009	07/2014
14 - Secretaria de Defesa Social	Intercâmbio e cooperação técnico-científica cultural.	08/2009	08/2014
2010			
15 – Tribunal de Justiça de PE	Cooperação Técnica – Intercâmbio de Informações. Cessão recíproca de pessoal.	06/2010	06/2014
16 – Governo do Estado de PE	Cooperação técnica e administrativa - Cessão de pessoal.	06/2010	12/2013
17 - Receita Federal	Fornecimento de informações cadastrais de pessoas físicas e jurídicas agregadas dos órgãos públicos.	12/2010	Indetermi-nado
2011			
18 - Tribunal de Contas da Bahia	Cooperação técnica e intercâmbio de conhecimentos.	02/2011	12/2015
19 – Secretaria de Planej. e Gestão de PE	Cooperação técnica e institucional com o objetivo de realização da auditoria independente do projeto Educar.	04/2011	2014
Convênio	**Objeto**	**Vigência**	
		Início	**Término**
20 - Tribunal de Contas do Amazonas	Cooperação técnica e intercambio de conhecimentos.	04/2011	04/2016
21 – Conselho Regional de Medicina de PE - Cremepe	Aprimoramento da fiscalização das contratações e admissões de médicos pelos entes públicos estaduais e municipais.	04/2011	Indetermi-nado
22 - Tribunal de Contas da União – TCU	Cooperação técnica, intercâmbio de informações, auditorias conjuntas e inclusão de atividades de inteligência.	06/2011	06/2016

23 - Secretaria de Articulação Social e Regional	Colaboração recíproca, propiciar aos cidadãos canais de comunicação com a Administração Pública, visando a melhorar o serviço prestado.	09/2011	09/2013
24 – Univ. de Lisboa	Cooperação Pedagógico-Científica.	10/2011	10/2013
2012			
25 – Assoc. Pern. dos Fiscos Munic.	Fiscalização das administrações tributárias municipais quanto à efetiva arrecadação das receitas próprias.	11/2011	Indeterminado
26 – Instituto Rui Barbosa	Estabelecer cooperação para desenvolvimento de projeto e atividade de natureza técnica e científica.	12/2011	31/12/2013
27 – Tribunal de Justiça de PE	Desenvolvimento de programas de cooperação técnica e administrativa.	01/2012	26/01/2017
28 – Escola de Contas Púb. Professor Barreto Guimarães – ECPBG	Define o ressarcimento dos custos referentes ao pagamento de instrutores, coordenadores pedagógicos e à aquisição de material nos cursos realizados pela ECPBG.	01/2012	12/2013
29 – Faculdade Damas	Concessão de descontos aos servidores nas mensalidades dos cursos de graduação e pós-graduação	01/2012	12/2013
30 – Tribunal de Contas do Acre	Cooperação técnica, visando à cessão de códigos-fonte do sistema de pessoal SAGRES e do sistema de engenharia SIOGI.	03/2012	20/03/2017
31 – Min. Público Eleitoral de PE	Ampliação da articulação e da integração entre as instituições signatárias.	04/2012	Indeterminado
32 – Emp. Mun. de Limp. Urbana – Emlurb	Restauração de mobiliário urbano.	05/2012	05/2016
33 – Departamento de Trânsito de PE – DETRAN	Visa à uniformidade e eficácia das informações disponibilizadas pelo DETRAN/PE, na instrução de processos de competência do TCE-PE.	05/2012	05/2014
34 – Conselho Regional de Engenheiros – CREA/PE	Verificação da participação de profissionais habilitados em estudos, projetos e implantação de empreendimentos de Engenharia executados pelas entidades públicas da área jurisdicional do TCE-PE.	05/2012	05/2014
35 - Tribunal de Contas do RS	Cooperação técnica para cessão de códigos-fonte dos sistemas: e-TDA, e-AUD e SIOGI, além da troca de informações técnicas.	05/2012	05/2017
36 - Ministério Público de PE	Cooperação para intercâmbio de informações, treinamentos e outras ações conjuntas.	05/2012	05/2017
37 – Caixa Econômica Federal – CEF	Possibilitar o acesso às informações registradas no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil.	11/2012	11/2014
2013			
38 – Universidade Federal de PE – UFPE	Viabiliza para o TCE-PE o desenv. de mecanismos de coordenação, gestão, governança, melhoria e implantação de processos de negócio.	02/2013	05/2014
39 – Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/PE	Intercâmbio de informações, treinamentos e outras ações conjuntas, com o fito especial de fortalecer a fiscalização e o controle da Administração Pública.	07/2013	07/2018

Convênio	Objeto	Vigência	
		Início	Término
40 – Inst. Mun. de Prev. de **Itacuruba**	Estipulação de cláusulas reguladoras da remessa, por meio eletrônico, de informações e documentos necessários ao exame da legalidade dos atos de inativação de pessoal	07/2013	01/2014
41 – Inst. Mun. de Prev. de **Caruaru**		07/2013	01/2014
42 – Instituto Mun. de Previdência de **Camaragibe**		07/2013	01/2014
43 – Inst. Mun. de Prev. dos Serv. da Prefeitura do Recife - Ampass		07/2013	01/2014
44 – Inst. Mun. de Prev. de **Garanhuns**		07/2013	01/2014
45 – Inst. Mun. de Prev. de **Cabo de Santo Agostinho**		07/2013	01/2014
46 – Inst. Mun. de Prev. de **Capoeiras**		08/2013	02/2014
47 – Inst. Mun. de Prev. de **Bezerros**		08/2013	02/2014
48 – Secretaria da Controladoria Geral do Estado - SCGE	Intercâmbio de informações e dados e acesso a documentos.	08/2013	06/2015
49 – Sec. de Estado de Transparência e Controle do DF	Disponibiliza ao TCE-PE o uso de sistema informatizado, denominado Sistema de Gestão de Auditoria.	08/2013	12/2014
50 – Tribunal de Justiça de PE	Meta 18. Agilizar o julgamento de ações de improbidade administrativa e ações penais relacionados a crimes contra a Administração Pública, em tramitação no TJPE.	09/2013	09/2014
51– Inst. Mun. de Prev. de **Ipojuca**	Estipulação de cláusulas reguladoras da remessa, por meio eletrônico, de informações e documentos necessários ao exame da legalidade dos atos de inativação de pessoal.	09/2013	03/2014
52 – Inst. Mun. de Prev. de **Jaboatão dos Guararapes**		09/2013	03/2014
53 – Secretaria da Controladoria Geral do Estado	Recepcionar manifestações dos cidadãos, tais com reclamações, denúncias, sugestões, bem com disponibilizar, de forma efetiva, as informações solicitadas referentes ao Poder Executivo e ao TCE-PE.	10/2013	10/2015
54 – Inst. de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção PE.	Remessa para Protesto de títulos executivos representativos de créditos oriundos das decisões do TCE-PE.	12/2013	12/2014

Fonte: Gabinete da Presidência - GPRE

2.2.6 – Auditorias Operacionais

As auditorias de desempenho e avaliações de programas, também denominadas Auditorias Operacionais (AOPs), tem como enfoque os resultados da gestão governamental, diferentemente das auditorias de conformidade, que se concentram nos aspectos da legalidade da administração pública. Essas auditorias examinam aspectos de gestão e buscam identificar tanto a eficácia, eficiência e efetividade de programas e ações governamentais quanto o desempenho de uma determinada unidade ou órgão público. Os

trabalhos desta modalidade de auditoria têm por resultados a expedição pelo TCE-PE de recomendações aos gestores, cuja implementação é acompanhada pelos seus técnicos com o objetivo de verificar a melhoria da prestação de serviços à sociedade.

Uma das características dessa modalidade de auditoria é o envolvimento do gestor público nas fases do trabalho. A participação do gestor é fundamental para o sucesso da auditoria, desde a etapa de seleção do tema e definição do escopo da auditoria até a caracterização dos achados e possíveis recomendações. Essa modalidade de fiscalização incentiva a apropriação dos resultados da auditoria por parte do gestor e a efetiva implementação das recomendações propostas. O TCE-PE, no período de 2012 a 2013, realizou os seguintes trabalhos na área de Auditoria Operacional:

Auditorias Operacionais/Monitoramentos/Estudos/Cursos
2012
Proposta preliminar de “Auditoria de Gestão Integrada com Foco nos Resultados” do Pacto pela Saúde.
Auditoria de gestão integrada “Avaliação da Assistência Farmacêutica Hospitalar” (Auditoria piloto finalizada).
Programa “Leite para Todos” - 3º monitoramento (Auditoria originária realizada em 2003).
Prog. “Educ. de Jovens e Adultos da Pref. de Olinda” – 2º monitoramento (Auditoria originária realizada em 2006).
Avaliação das “Ações de Prevenção de Deslizamentos de Encostas em Recife”.
Avaliação das “Ações de Licenciamento e Controle de Resíduos Sólidos promovidos pelos Municípios”.
Auditoria de Gestão Integrada (AGI) “Regulação em Saúde” (Auditoria piloto finalizada).
Auditoria de Gestão Integrada “Resíduos de Serv. de Saúde nas Unidades Hospitalares (Auditoria piloto finalizada).
2013
Auditoria operacional para avaliar as “Ações do Ensino Médio do Estado de Pernambuco”.
Auditoria operacional para avaliar a gestão das “Ações de Licenciamento e Controle dos Resíduos Sólidos” movidas pelos municípios em parceria com o TCE-PE.
Auditoria de gestão integral na “Educação Municipal com Foco na Merenda e Transporte Escolar”.
Monitoramento das “Ações de Ampliação da Cobertura dos Serviços de Esgotamento Sanitário em PE”.
Elaboração do curso para avaliar a “Licitação e Execução Contratual dos Serviços de Coleta e Tratamento e stinação Final dos Resíduos dos Serviços de Saúde Gerados pelos Municípios”.
Elaboração do relatório descritivo dos indicadores analíticos de saúde por Região Administrativa.
Análise dos dados do Censo Escolar 2008-2011.
Análise dos dados e elaboração de “Diagnóstico do Lixo Hospitalar nos Municípios”.
Auditoria piloto para análise dos procedimentos de manejo de resíduos de serviço de saúde e aperfeiçoamento dos trumentos de avaliação.
- Planejamento e execução de seminários para discussão sobre a realidade do manejo de resíduos de serviço de ude junto aos secretários municipais de saúde de PE.
- Elaboração de estudo de viabilidade e matriz de planejamento para análises das ações do Sistema Nacional de ndimento Sócio-Educativo - Sinase em PE.

Fonte: Coordenadoria de Controle Externo - CCE

As avaliações de programas e órgãos permitem a melhoria no atendimento dos direitos dos cidadãos, como saúde, educação, segurança alimentar, esgotamento sanitário, entre outros, previstos na Constituição Federal, e garante a melhor aplicação e a distribuição dos recursos públicos e a divulgação do desempenho dos órgãos públicos gestores desses programas.

2.3 – Transparência e Controle Social

A transparência e o controle social estão sendo analisados de acordo com os seguintes tópicos: a) Transparência da Gestão Pública, b) Programa “TECendo Cidadania”, c) Atendimento ao Cidadão e d) Parcerias Regionais Permanentes.

2.3.1 – Transparência da Gestão Pública

a) Portal do Cidadão

O Portal do Cidadão foi desenvolvido pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE) em 2011 para democratizar o acesso às informações sobre a gestão municipal no âmbito do Estado de Pernambuco. É um importante instrumento de controle social, pois permite que o cidadão conheça melhor a gestão dos recursos públicos no seu município, acompanhe a sua aplicação e interaja com o TCE-PE, fornecendo subsídios para a atuação dos órgãos de controle.

O referido Portal apresenta um sistema de análise quantitativa e qualitativa das informações de interesse do cidadão em relação ao gasto público. Nele, é possível obter informações sistematizadas segundo rankings e análises comparativas dos municípios. Nesse sentido, o cidadão poderá verificar como andam os indicadores de seu município, comparando-o com outros municípios da mesma região ou do mesmo porte populacional. Na área de Informações Gerais o interessado terá acesso a uma síntese de informações do IBGE sobre o município, tais como: população, área, PIB per capita, população empregada, e alguns indicadores de Educação e de Saúde.

Recentemente, o TCE-PE publicou o Portal da Saúde, que faz um “raio X” da saúde nos municípios pernambucanos. Nele é possível visualizar diversos indicadores, investimentos e sua evolução ao longo dos anos (2005-2011). Outros lançamentos importantes foram: a) Portal de Educação, contendo informações municipais do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, taxas de fracasso escolar, aprovação, reprovação, abandono escolar e distorção idade/série, tanto para o Ensino Fundamental como para o Ensino Médio, e o ranking entre municípios; b) Portal de Obras, onde o cidadão tem conhecimento de informações relevantes acerca das obras e serviços de engenharia auditados pelo corpo técnico do TCE-PE, contribuindo assim para a transparência e o fortalecimento do controle social, c) Portal de Débitos e Multas, cujo conteúdo se refere aos débitos e às multas atribuídos aos agentes públicos, conforme deliberação do respectivo processo do TCE-PE, publicada no Diário Oficial do Estado, d) o Portal de Dados Abertos, que disponibiliza informações estruturadas relativas às execuções orçamentárias e financeiras, bem como licitações e contratos administrativos dos municípios do Estado de Pernambuco.

Portanto, trata-se de um espaço aberto, onde o cidadão pode participar das ações de controle. É o TCE-PE levando ao cidadão mais conteúdo e contribuindo ainda mais para orientar a gestão pública. No Portal do Cidadão, as pessoas têm a oportunidade de denunciar possíveis irregularidades relacionadas aos dados disponibilizados, através do link “Denuncie Aqui”, que o remeterá automaticamente ao formulário eletrônico para registro de demandas do cidadão na Ouvidoria do Tribunal. Em 2013, foram registrados 24.994 acessos, ao referido Portal.

b) Portal da Transparência do TCE-PE

O painel Tribunal Transparente, disponível no sítio do TCE-PE na internet, foi lançado em dezembro de 2009, com o objetivo de dar publicidade às informações referentes à execução orçamentária, à gestão financeira e patrimonial, aos recursos humanos, à responsabilidade fiscal, às licitações e contratos e às portarias normativas do Tribunal. O Tribunal Transparente passou a oferecer consulta detalhada de empenhos, atualizada automaticamente a cada dia, com opção de pesquisa por unidade gestora para as despesas do Tribunal de Contas, da Escola de Contas e do Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Reequipamento Técnico.

A partir de maio de 2012, com a entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), ao Tribunal Transparente acresceram-se outras informações requeridas por essa lei, todas acessíveis em seção específica do sítio do TCE-PE na internet. Essa lei, vigente a partir de

maio/2012, normatiza o acesso aos cidadãos das informações e documentações públicas. No âmbito do TCE-PE, a Resolução TC n° 07/2012 dispôs sobre o acesso à informação e aplicação da referida lei federal, implantando o Serviço de Informação ao Cidadão–SIC. O referido serviço disponibiliza no sítio da internet dados de interesse do cidadão e formulário eletrônico para solicitação de informações. Foram registradas, em 2013, **363** solicitações de informações, sendo todas respondidas.

No site do Tribunal de Contas, na parte referente a essa lei, encontram-se muitas informações sobre o funcionamento do Tribunal, destacando-se: Finanças, Licitações, Contratos, Patrimônio, Portarias e Gestão de Pessoas. Visando à transparência com relação à Gestão de Pessoas, são divulgados quantitativos e valores de remuneração dos cargos efetivos, em comissão e das funções gratificadas que integram a estrutura organizacional do TCE-PE, além de dados sobre servidores à disposição e do valor do salário de cada servidor.

2.3.2 – Programa "TCEndo Cidadania"

O "TCEndo Cidadania" é um programa idealizado pelo Tribunal de Contas e executado pela Escola de Contas Públicas Professor Barreto Guimarães - ECPBG, visando a atender a um dos objetivos estratégicos da instituição que é o de mobilizar a sociedade para o Controle Social. Tem como objetivo principal desenvolver a consciência crítica do cidadão, estimulando sua participação na definição do uso dos recursos públicos e na fiscalização de sua correta aplicação, aproximando o TCE-PE da população, através da realização de ações a serem desenvolvidas, buscando o fortalecimento da cidadania e a melhoria da gestão pública nos municípios.

Esse programa foi consolidado através da publicação da instrução normativa n° 01, de *13 de* fevereiro de 2012, que regulamentou as ações de incentivo ao controle social. O TCEndo Cidadania é composto pelas seguintes ações: a) Escola de Cidadania, b) Fórum TCEndo Cidadania e c) Capacitação para Membros dos Conselhos Municipais e Estaduais. O referido programa, que no período de 2012 a 2013 atingiu **14.268** participantes, se materializa por meio dessas três ações específicas, cujos públicos são diversificados:

Ações	Unidade	2012	2013
a) Escola de Cidadania	Instituição	39	48
	Participante	5.118	5.843
b) Fórum TCEndo Cidadania	Município	7	9
	Participante	605	972
c) Capacitação de Representantes de Conselhos Municipais e Estaduais	Município	18	26
	Participante	747	983
TOTAL	**Instituição**	**39**	**48**
	Município	**25**	**35**
	Participante	**6.470**	**7.798**

Fonte: Sistema Informatizado Channel

a) Escola da Cidadania

Essa ação esteve presente em escolas/colégios/faculdades de municípios da Região Metropolitana do Recife e no interior do Estado, além da visita de estudantes ao Tribunal, com os seguintes objetivos:

- Estimular o exercício da cidadania entre jovens do ensino médio e superior.
- Criar um canal permanente de acesso a informações sobre o Tribunal, de modo a fazer a população conhecê-lo como seu aliado na defesa do patrimônio público.
- Fomentar nos alunos o conhecimento e o interesse sobre o controle externo exercido pelo Tribunal de Contas, a fim de criar uma consciência crítica entre jovens ainda em formação.
-

No período de 2012 a 2013, a ação "Escola da Cidadania" atingiu um total de **10.961** participantes, conforme descritos a seguir:

Região Metropolitana do Recife	2012		2013	
	Instituições	Participantes	Instituições	Participantes
Escolas/Colégios/Faculdades	**18**	**2.497**	**15**	**2.119**
Estaduais	7	1.474	10	1.717
Municipais	2	160	1	56
Faculdades	4	511	1	40
Particular	1	51	-	-
Outras Instituições (Associações, órgãos e sindicatos)	4	301	3	306
Municípios do Interior				
Escolas/Colégios/Faculdades	**21**	**2.621**	**33**	**3.724**
Estaduais	15	2.245	18	2.519
Municipais	5	221	13	1.036
Particulares	1	155	1	84
Outras Instituições	-	-	1	85
TOTAL	**39**	**5.118**	**48**	**5.843**

Fonte: Escola de Contas Professor Barreto Guimarães - ECPBG

No período de 2012 a 2013, **152** alunos de **3** instituições visitaram o Tribunal, conforme exposto a seguir, onde assistiram a sessão do Pleno, acompanharam palestras na Escola de Contas e conheceram o funcionamento da Ouvidoria.

Município	Instituições	Nº de Alunos	
		2012	2013
Recife	Ginásio Pernambucano	50	50
	Faculdade Joaquim Nabuco	12	-
Timbaúba	Faculdade de Timbaúba	40	-
	TOTAL	**102**	**50**

Fonte: Escola de Contas Professor Barreto Guimarães - ECPBG

O programa TCEndo Cidadania, através da ação Escola da Cidadania, recebeu o prêmio "Construindo a Nação 2012" na área de Políticas Públicas, promovido pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento da Cidadania de São Paulo. Participaram dessa premiação **593** projetos inscritos em todo o Brasil. Além disso, através da ação referente a cursos para Conselhos Municipais e Estaduais, lançou uma cartilha de Gestão Pública em Braille.

b) Fórum "TCEndo Cidadania"

Com o desenvolvimento dessa ação, o Tribunal visa a alcançar os seguintes objetivos:

- Orientar a sociedade sobre a importância de sua participação na definição e no controle de políticas e recursos públicos.
- Estreitar os laços entre o Tribunal de Contas e a sociedade, para que o trabalho exercido por um seja plenamente conhecido pelo outro, visando à construção de uma cidadania plena.
- Informar sobre os meios disponíveis para que a população melhor desempenhe o seu papel de cidadã.

De 2012 a 2013, foram visitados **16** municípios, contando com a participação de **1.577** cidadãos.

2012		2013	
Municípios	**Nº de Participantes**	**Municípios**	**Nº de Participantes**
1 - Afrânio	141	1 - Cabrobó	120
2 - Belo Jardim	88	2 - Camaragipe	118
3 - Custódia	34	3 - Cedro	102
4 - Petrolina	108	4 - Itamaracá	111
5 - Salgueiro	65	5 - Maraial	88
6 - Sirinhaém	71	6 - Quixaba	115
7 - Toritama	98	7 - São Bento do Una	67
		8 - Salgadinho	166
		9 - Barra de Guabiraba	85
TOTAL	**605**	**TOTAL**	**972**

Fonte: Escola de Contas Professor Barreto Guimarães – ECPBG

c) Capacitação de Representantes de Conselhos Municipais e Estaduais

A capacitação de membros da sociedade civil, com foco nos Conselhos Municipais e Estaduais, é uma ação que tem como objetivo principal fortalecer o controle social e, ao mesmo tempo, disponibilizar instrumentos que possibilitem uma interação maior entre os órgãos que exercem o controle da administração pública (controle social, controle interno e controle externo). Além disso, visa a despertar nos conselheiros municipais e estaduais a importância da formulação, proposição e controle operacional das políticas públicas como forma de atenuar os problemas sociais detectados nos respectivos municípios.

No período de 2012 a 2013, foram atendidos **41** municípios, sendo **1.730** membros da sociedade civil capacitados. É importante ressaltar que nos municípios de Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe e Recife houve cursos tanto em 2012 como em 2013. Um avanço nessa ação foi a execução de cursos específicos na área de saúde e educação realizados em 2013. Segue abaixo a relação dos municípios onde houve capacitação nesse período e a quantidade de participantes nos cursos:

Municípios	Nº de Participantes		Municípios	Nº de Participantes	
	2012	2013		2012	2013
1 - Abreu e Lima	-	28	22 - Lagoa Grande	33	-
2 - Afrânio	33	-	23 - Lajedo	-	28

3 - Água Preta	40	-	24 - Maraial	-	32
4 - Araçoiaba	-	25	25 - Moreno	-	31
5 - Araripina	-	29	26 - Olinda	-	45
6 - Barra de Guabiraba	-	56	27 - Ouricuri	-	34
7 - Bezerros	23	-	28 - Passira	-	26
8 - Cabo de Santo Agostinho	35	33	29 - Paulista	-	71
9 - Cabrobó	-	46	30 - Petrolina	36	-
10 - Camaragibe	45	50	31 - Quixaba	-	25
11 - Canhotinho	-	36	32 - Recife	118	144
12 - Capoeiras	26	-	33 - Ribeirão	41	-
13 - Casinhas	48	-	34 - Sairé	-	17
14 - Custódia	36	-	35 - Salgadinho	-	16
15 - Garanhuns	-	28	36 - São Bento do Una	-	32
16 - Gravatá	-	27	37 - São José do Belmonte	31	-
17 - Itamaracá	-	34	38 - São Lourenço da Mata	38	-
18 - Itaquitinga	43	-	39 - Sirinhaém	43	-
19 - Jaboatão dos Guararapes	-	40	40 - Toritama	35	-
20 - João Alfredo	-	25	41 - Vicência	43	-
21 - Lagoa dos Gatos	-	25	**TOTAL**	**747**	**983**

Fonte: Escola de Contas Públicas Professor Barreto Guimarães – ECPBG

Considerando o Programa TCEndo Cidadania como um todo, houve uma expressiva divulgação do programa, tanto em eventos como em mídias:

- Entrega do prêmio do Instituto Cidadania Brasil – destaque para Escola de Cidadania.
- IX encontro da ABEL – Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas – Centro de Convenções – Olinda/PE.
- VI Oficina Regional de Orçamento, Finanças e Controle Social – Pesqueira/PE
- VII Oficina Regional de Orçamento, Finanças e Controle Social – Arcoverde/PE
- Reportagem no Diário de Pernambuco sobre a Cartilha em Braille.
- I Fórum Territorial e Gestão Social – Garanhuns/PE.

2.3.3 – Atendimento ao Cidadão

A ação "Atendimento ao Cidadão", em 2013, teve um registro de **1.272** demandas. De acordo com a planilha a seguir, **65,1%** foram sobre Atos de Gestão e **34,9%** de outros tipos.

Ano	Tipos de Demandas da Sociedade					
	Atos de Gestão		Outros		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
2012	673	67,4	325	32,5	**998**	**100,0**
2013	828	65,1	444	34,9	**1.272**	**100,0**

Fonte: Sistema Informatizado Channel.

A taxa de demandas do cidadão atendidas em 2012 foi de **51,1%** e de **58,9%** em 2013**.** O estoque de demandas pendentes de solução foi de **673.** Em 2013, **75,6%** das demandas formalizadas foram recebidas por e-mail, seguido do Disque Ouvidoria, com **9,6%.** Outra forma importante de comunicação com o público externo é o meio eletrônico (internet) onde o sítio do TCE-PE contabilizou **430.881** acessos em 2012 e **466.566** em 2013.

A taxa de satisfação do cidadão com os serviços da Ouvidoria foi em 2012 de **82,0%** e em 2013 atingiu **75,1%.** Em 2013, o tempo médio de demandas do cidadão concluídas foi de **117** dias.

2.3.4 – Parcerias Regionais Permanentes

O Projeto "Parcerias Regionais Permanentes" tem como propósito promover aproximação entre o Tribunal de Contas e entidades do Terceiro Setor que atuam ou podem atuar no âmbito do Controle Social, estabelecendo um canal de comunicação ativo e permanente. Este projeto possibilita que os parceiros sejam informados da Missão do TCE-PE, da sua organização e competência, dos direitos e deveres do cidadão, e os orienta a informar ao Tribunal irregularidades que verifiquem nas suas áreas de atuação e ajudem a disseminar esse conhecimento entre o segmento da população do qual a entidade participa. O público alvo é a sociedade civil organizada – conselhos municipais, sindicatos, igrejas, associações de bairro, etc.

As entidades parceiras atuam como multiplicadores de informação a partir dos insumos recebidos do Tribunal (Material de divulgação, divulgação de notícias relativas ao controle da gestão pública constantes nos informativos do TCE-PE, etc.), a fim de estimular a participação dos membros de sua entidade no controle social da gestão pública.

No período de 2012, foram realizados dois encontros do referido projeto em Petrolina e Palmares, correspondendo a **58** entidades sociais participantes. Em 2013, um na região de jurisdição da Inspetoria de Arcoverde (Arcoverde e Alagoinha), e outro, na jurisdição da Inspetoria de Bezerros (Bezerros e Caruaru), correspondendo a **4** municípios visitados e **95** entidades sociais participantes do projeto.

3 – PROCESSOS INTERNOS

A perspectiva "Processos Internos" do Mapa Estratégico do Tribunal de Contas está sendo analisada de acordo com os seguintes assuntos: a) Eficiência do Processo de Controle Externo, b) Fortalecimento da Imagem Institucional e c) Gestão Administrativa e Financeira.

3.1 – Eficiência do Processo de Controle Externo

A eficiência do processo de controle externo está descrita sob a ótica dos seguintes tópicos: a) Metas Mobilizadoras, b) Formalização, Instrução, Julgamento e Publicação de Processos e c) Síntese do Processo de Controle Externo.

3.1.1 – Metas Mobilizadoras

As metas mobilizadoras, assim chamadas por traduzirem a principal função do Tribunal de Contas, têm por finalidade indicar os focos, áreas e projetos prioritários em que servidores e dirigentes concentrarão seus esforços, mobilizando toda a Casa para a sua consecução. No período de 2012-2013, o atingimento dessas metas está retratado no quadro a seguir:

Ano	Metas Mobilizadoras	Situação das Metas Mobilizadoras	
		Em 31/12/2012	Em 31/12/2013
2012	1 - Julgar **2.750** processos (Exceto APR (*).	Julgados **2.517** processos.	Julgados 2.**759** processos.
	2 - Zerar o estoque de processos formalizados antes de 2008 = **380** processos.	Julgados **207** processos.	Julgados **109** processos (restam **64** processos formalizados antes de 2008 para julgamento).
	3 - Zerar o estoque de processos prioritários para julgamento = **171** processos.	Julgados **100** processos.	Julgados **44** processos (restam **27** processos formalizados antes de 2009 para julgamento).
2013	**1 -** Entregar para a sociedade em benefícios financeiros pelos menos **2** vezes o valor do orçamento ajustado do TCE-PE para 2013.	Benefícios financeiros entregues à sociedade correspondendo a **3,6** o valor do orçamento ajustado do TCE-PE.	Benefícios financeiros entregues à sociedade correspondendo a **2,9** o valor do orçamento ajustado do TCE-PE.
	2 - Aumentar o índice de processos julgados tempestivamente para **58,5%.**	-	Índice de processos julgados tempestivamente = **54,3%**
	3 - Reduzir para **41,4%** o índice do estoque de processos acima do prazo para julgamento.	-	Índice do estoque de processos acima do prazo para julgamento = **48,5%**

Fonte: Sistema de Acompanhamento de Processos – AP (*) APR – Aposentadorias, Pensões e Reformas.

3.1.2 – Formalização de Processos

A formalização é a atividade de recepção dos documentos, avaliação da sua pertinência quanto à completude e às formalidades, autuação, distribuição do processo, conforme regras definidas, e envio para a unidade organizacional responsável pela fase de instrução. Em 2012 e 2013, foram formalizados **12.283** e **10.689**, respectivamente, assim distribuídos por modalidades:

Modalidades	Processos Formalizados	
	2012	2013

	Nº	%	Nº	%
Aposentadorias	9.227	75,1	7.750	72,5
Prestações de Contas	1.075	8,8	1.070	10,0
Recursos	769	6,3	648	6,1
Admissão de Pessoal	457	3,7	652	6,1
Outras	755	6,1	569	5,3
TOTAL	**12.283**	**100,0**	**10.689**	**100,0**

Fonte: Sistema de Acompanhamento de Processos - AP

Foram definidos alguns indicadores para medir o desempenho em 2013 da fase de formalização:

s da Fase de Formalização	Valor Medido (2013)
se de formalização	13 dias
toque na fase de formalização	14 dias
cima do prazo na fase de formalização	33,3%
m tempestivamente a fase de formalização	72,8%

Fonte: Sistema Informatizado de Acompanhamento de Processos - AP

A taxa de satisfação dos cidadãos atendidos pelos protocolos do Tribunal foi de **94,0%** em 2013.

3.1.3 – Instrução de Processos

A instrução é a atividade de auditoria, notificação, juntada aos autos das peças de defesa, quando for o caso, e envio para o relator, responsável pela fase de julgamento. Em 2012 e 2013, foram instruídos **9.619 e 10.402** processos respectivamente, assim distribuídos por modalidades:

Modalidades	Processos Instruídos (*)			
	2012		2013	
	Nº	%	Nº	%
Aposentadorias	8.509	88,5	8.580	82,5
Prestação de Contas	427	4,4	1.042	10,0
Admissão de Pessoal	258	2,7	374	3,6
Auditoria Especial	233	2,4	216	2,1
Gestão Fiscal	117	1,2	113	1,1
Outras	75	0,8	17	0,7
TOTAL	**9.619**	**100,0**	**10.402**	**100,0**

Fonte: Sistema Informatizado de Acompanhamento de Processos - AP
(*) Não inclui os processos apensados e considera os desconstituídos, após a instrução.

Foram definidos alguns indicadores, explícitos a seguir, para medir o desempenho em 2013 da fase de instrução:

Fase de Instrução	Valor Medido

	(2013)
e instrução	212 dias
e na fase de instrução	294 dias
do prazo na fase de intrução	48,6%
mpestivamente a fase de instrução	59,2%

Fonte: Sistema Informatizado de Acompanhamento de Processos - AP

É importante destacar que o projeto do Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade – Sagres teve como principal resultado a instituição da coleta de dados em formato que permite análise automatizada. Atualmente, a base de dados do SAGRES contém orçamentos do ano de 2013 de **180 municípios**, perfazendo um total de mais de **R$ 18,86 bilhões**, passíveis de serem auditados.

3.1.4 – Julgamento de Processos

O julgamento é a atividade de suporte ao relator para preparação do seu voto, colocação do processo em pauta, deliberação monocrática ou em colegiado, a depender do tipo de processo e envio do processo para a unidade organizacional responsável pela fase de publicação. Em 2012 e 2013, foram julgados **11.631** e **12.244**, respectivamente, assim distribuídos por modalidades:

Modalidades	Processos Julgados			
	2012		2013	
	Nº	%	Nº	%
Aposentadorias	9.118	78,4	9.486	77,5
Prestação de Contas	763	6,6	1.047	8,55
Recursos	638	5,5	609	5,0
Admissão de Pessoal	335	2,9	424	3,5
Auditoria Especial	271	2,3	286	2,3
Gestão Fiscal	162	1,4	101	0,8
Outras	344	2,9	291	2,3
TOTAL	**11.631**	**100,0**	**12.244**	**100,0**

Fonte: Sistema Informatizado de Acompanhamento de Processos - AP

Foram definidos também mais indicadores para medir o desempenho da fase de julgamento em 2013:

icadores da Fase de Julgamento	Valor Medido (2013)
cessos na fase de julgamento	92 dias
essos em estoque na fase de julgamento	311 dias
processos acima do prazo na fase de julgamento	58,0%
ue encerraram tempestivamente a fase de	72,6%

Fonte: Sistema Informatizado de Acompanhamento de Processos - AP

Além de todos esses processos julgados, o TCE-PE em sessão extraordinária emitiu Parecer Prévio recomendando à Assembleia Legislativa a aprovação da Prestação de Contas do Governo do Estado, referente ao ano de 2011. No que se refere às contas do exercício de 2012, o Pleno do Tribunal aprovou no dia 18 de dezembro de 2013, por unanimidade, a emissão de Parecer Prévio recomendando à Assembleia Legislativa a aprovação das contas do governador Eduardo Campos. O referido Parecer Prévio, apresentado pelo

conselheiro João Campos, apresenta 15 recomendações que devem ser aplicadas pelo Governo de Pernambuco nos anos seguintes. Dessas, pelo menos oito tratam de criar mecanismos para garantir o cumprimento de metas e prazos estipulados pelo Estado. Três recomendações tratam da realização de concurso público e da nomeação de concursados. Pela primeira vez, o texto foi elaborado a partir de uma comparação entre o exercício financeiro de Pernambuco e o de outros estados nas áreas de Educação, Saúde e Segurança. Em geral, o TCE-PE considerou que o balanço geral está em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Na análise das contas do governador, o TCE-PE examina apenas o que é de responsabilidade direta dele, a exemplo da aplicação do limite mínimo constitucional nas áreas de: a) Educação, b) Saúde, c) Folha de Pessoal e d) Limite de Endividamento, conforme explícito a seguir:

Áreas	Limite Mínimo Const. (Rec. de Impostos) (%)	Contas do Governador (%)	
		2011	2012
Educação	**25**	25,7	27,4
• Fundeb	**60**	66,6	70,0
Saúde	**12**	15,7	15,7
Áreas	**Limite Máximo da Lei de Resp. Fiscal**	**Contas do Governador (%)**	
		2011	**2012**
Folha de Pessoal	**49,0%**	42,6	45,2
Limites de Endividamento:			
• Dívida Consolidada Líquida	**200% da RCL (*)**	38,3	45,8
• Operações de Crédito	**16% da RCL**	4,1	14,8
• Garantias	**22% da RCL**	0,04	0,03

Fonte: Departamento de Controle Estadual – DCE (*) RCL = Receita Corrente Líquida

3.1.5 – Publicação de Processos

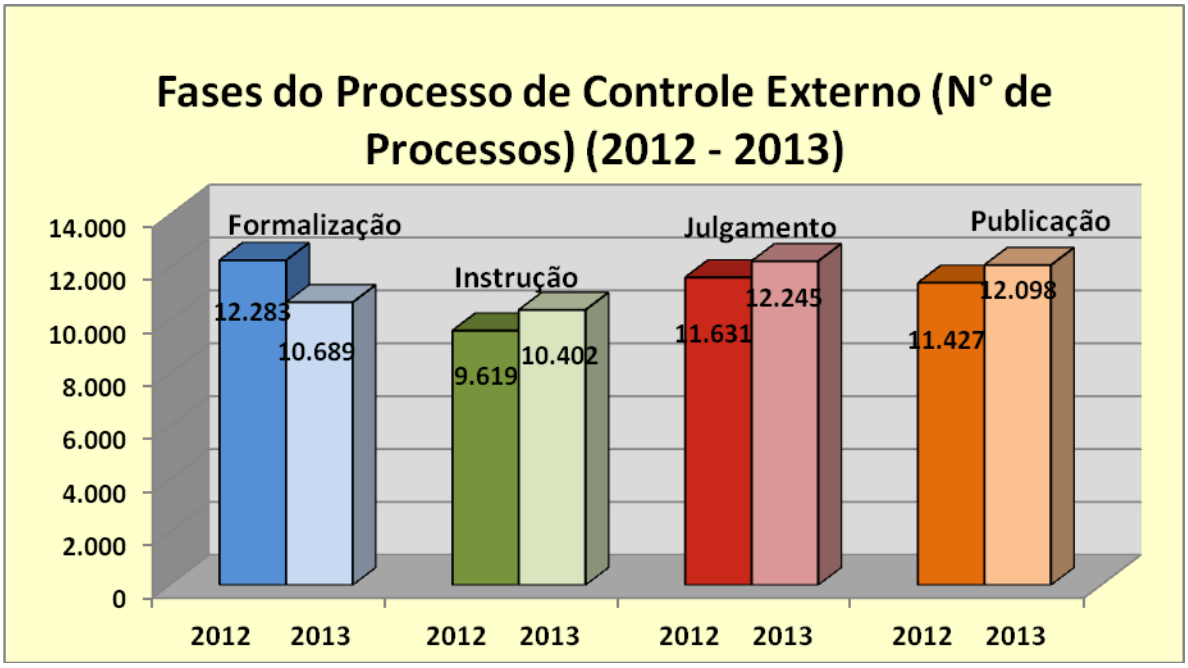
A publicação é a atividade de formatação e publicação da deliberação e envio do processo para a unidade organizacional responsável pela fase de encerramento. Em 2012 e 2013, foram publicadas **11.427** e **12.098** deliberações, respectivamente. Ressalta-se que o tempo médio de publicação dessas deliberações foi de **12** dias.

Indicadores da Fase de Publicação	Valor Medido (2013)
dos processos na fase de publicação	12 dias
os processos em estoque na fase de Publicação	45 dias
que dos processos acima do prazo na fase de Publicação	86,4%
essos que encerraram tempestivamente a fase de	33,7%
erações publicadas reformadas (-APR) (*)	10,1%

Fonte: Sistema Informatizado Channel
(*) Aposentadorias, Pensões e Reformas = APR

3.1.6 – Síntese do Processo de Controle Externo

Considerando os processos do Tribunal de Contas em todas as fases do processo de controle externo, observa-se que houve crescimento nos processos instruídos, julgados e publicados, conforme dados a seguir:



Fonte: Sistema Informatizado de Acompanhamento de Processos - AP

Além das metas mobilizadoras, foram definidos alguns indicadores, explícitos a seguir, para medir o desempenho do TCE-PE, considerando todas as fases do processo de controle externo:

Indicadores Estratégicos	Valor Medido em 2013 (dia)
mpo médio dos processos julgados no TCE-PE	**362**
Processos de APR (*)	289
Processos sem APR	649
de média dos processos em estoque no TCE-PE	**409**
Processos de APR	347
Processos sem APR	514
lice de processos julgados tempestivamente no TCE-PE	**54,3%**
dice de estoque dos processos no TCE-PE acima do prazo de nento	**48,5%**

Fonte: Sistema Informatizado de Acompanhamento de Processos - AP
(*) Aposentadorias, Pensões e Reformas = APR

3.2 - Fortalecimento da Imagem Institucional

O Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco desenvolveu no período de 2012-2013 diversas ações para buscar o fortalecimento da imagem institucional.

Durante o ano de 2013, foi implementado o TCE Notícias, programa de rádio que tem por objetivo aproximar o cidadão do TCE-PE. A proposta era implantar um canal de comunicação mais abrangente, no que se refere ao impacto e a penetração nas regiões e público-alvo ainda não totalmente conhecedores da

existência e do papel constitucional do Tribunal. O programa, com produção semanal de boletins e programetes, foi veiculado inicialmente como projeto piloto, tendo obtido grande repercussão nas mais de **120** cidades do interior de Pernambuco. Em sua segunda fase, teve continuidade e com uma linguagem direta e acessível, a linha editorial do programa TCE Notícias contribuiu para aproximar o Tribunal dos setores da sociedade menos favorecidos no acesso à informação pela mídia impressa.

Outras ações de comunicação e relacionamento com a imprensa também contribuíram para uma maior exposição midiática, tais como a realização de coletivas de imprensa no Recife e no interior, a exemplo da visita da Presidente Teresa Duere a Petrolina, onde houve ampla cobertura de rádio, TV e mídia impressa/blogs. Além disso, houve uma série de entrevistas ao vivo com a Presidente nas rádios de grande audiência na capital e no interior, como Rádio CBN, Rádio Cultura (Caruaru), Rádio Liberdade, entre outras. O aumento do grau de exposição midiática do TCE-PE contribuiu diretamente com a elevação do nível de conhecimento da existência do Tribunal e está alinhado com o objetivo estratégico de Fortalecer a Imagem Institucional.

A atuação do Tribunal de Contas junto aos órgãos de imprensa resultou num considerável aumento na mídia espontânea do TCE-PE. Houve um crescimento da ordem de **68,0%** em relação a 2012 de matérias positivas e neutras publicadas na mídia impressa.

Tudo o que se produziu no TCE-PE em matéria de auditoria, julgamento de processos relevantes, resposta a consultas de interesse de uma grande parte de jurisdicionados e lançamento de novos módulos para o Portal do Cidadão foi noticiado com destaque pela imprensa pernambucana. Em todas as entrevistas, foi abordada a ação preventiva do órgão nos últimos dois anos resultando em uma economia para os cofres públicos de aproximadamente **R$ 1,7 bilhão.** Foi ressaltada também a articulação feita com a Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe) no sentido de encontrar uma solução para os Fundos Próprios de Previdência Social que em sua grande maioria estão descapitalizados e sem equilíbrio atuarial. A Presidente do Tribunal fez gestões em Brasília junto ao Ministro da Previdência, a quem alertou para a gravidade do problema. Também foi muito noticiado pela imprensa pernambucana a articulação feita pelo TCE-PE com as Câmaras de Vereadores para que os pareceres prévios referentes a contas de prefeitos sejam julgados no prazo estabelecido pela Constituição do Estado (até 60 dias após o seu recebimento) e que os votos sejam devidamente monitorados.

Ainda no exercício de 2013, foi reformulado o site da internet da instituição. Com essa atualização, o TCE-PE buscou oferecer à sociedade mais facilidades e mais funcionalidades no fornecimento das informações contidas no site institucional.

3.3 - Gestão Administrativa e Financeira

A gestão administrativa e financeira do Tribunal de Contas foi analisada sob os seguintes aspectos: a) Infraestrutura Física, b) Sustentabilidade Ambiental, c) Outras Ações Administrativas e d) Execução Orçamentária.

3.3.1 - Infraestrutura Física

Dentre as ações desenvolvidas pelo TCE-PE, no período 2012-2013, para a melhoria das instalações físicas de suas unidades com o objetivo de proporcionar melhores condições de trabalho a seus servidores, destacam-se:

Principais Ações de Infraestrutura Física Desenvolvidas

2012
Abertura da guarita do acesso ao Tribunal pela Avenida Mário Melo.
Climatização das copas do Ed. Dom Hélder e colocação de ventiladores nas copas do Ed. Nilo Coelho.
Conclusão das instalações da sala de digitalização e certificação de documentos.
Conclusão do refeitório dos terceirizados.
Reforma no auditório do 10º andar para atendimento às exigências legais sobre acessibilidade.
2013
Ampliação da Biblioteca, com a criação de um novo espaço reservado ao processamento técnico.
Aquisição do imóvel da Compesa, vizinho ao Ed. Dom Hélder Câmara para futura instalação do TCE-PE (estacionamento, novo plenário e outros).
Conclusão da 1ª etapa da reforma do novo imóvel da Escola de Contas / Aurora.
Elaboração de projeto arquitetônico para reforma dos novos edifícios adquiridos no terreno da Compesa.
Elaboração de projeto da 2ª Etapa da reforma do edifício da Escola de Contas.
Elaboração de projeto para a execução da 1ª etapa do imóvel recém adquirido à Compesa.
Elaboração de projeto para a execução do novo estacionamento do TCE-PE.
Elaboração de projeto para humanização do entorno dos edifícios Dom Hélder e Nilo Coelho.
Estudo para recuperação estrutural do Edifício Dom Hélder.
Execução da reforma do Anexo I para instalação das Divisões de Patrimônio e de Material e sala de backup.
Execução de projeto das instalações de acessibilidade dos edifícios Dom Hélder e Nilo Coelho.
Execução de projeto de novo anel ótico para transmissão de dados, envolvendo Escola de Contas / Aurora, Anexo I, Escola de contas / Mário Melo, edifícios Nilo Coelho e Dom Hélder.
Implantação do Projeto de Estruturação das Inspetorias Regionais.
Início da reforma do 6º pavimento do Ed. Nilo Coelho e do 4º pavimento do Ed. Dom Hélder.
Início das obras de reforma das IRs de Petrolina, Palmares, Surubim, Bezerros, Arcoverde e Garanhuns.
Recuperação da obra de arte do Edifício Nilo Coelho.
Reestruturação da sala da reprografia, ampliação do espaço e aquisição de móveis e scanner profissional.

Fonte: Coordenadoria de Administração - CAD

3.3.2 - Sustentabilidade Ambiental

O Programa de Sustentabilidade do Tribunal de Contas – ECOTCE tem como objetivo tratar de assuntos e procedimentos referentes às questões de gestão ambiental, mediante o planejamento, implantação e acompanhamento de ações que visem à conscientização de servidores para um comportamento ecologicamente sustentável, visando à preservação do meio ambiente. Desenvolveram-se as seguintes ações de estímulo no âmbito de suas dependências referentes à gestão ambiental:

EIXOS	AÇÕES DESENVOLVIDAS
1 - Inclusão de critérios socioambientais nas contratações.	- Licitação para materiais de limpeza. - Licitação para aquisição de secador de mãos.
2 - Gestão adequada dos resíduos gerados.	- Coleta seletiva: separação de lixo orgânico e seco. - Descarte de materiais: lâmpadas fluorescentes, equipamentos eletroeletrônicos, pneus e óleos lubrificantes, pilhas e baterias (papa-pilha) e óleo de cozinha (parceria com a ASA).
3 - Combate ao desperdício de recursos naturais e bens públicos.	- Realização de estudo: Eficiência Energética (parceria com consultoria especializada).
4 - Sensibilização e capacitação dos servidores.	- Treinamento dos terceirizados sobre coleta seletiva. - Campanha para separação do lixo orgânico do seco (produção de vídeo). - Campanha para redução do consumo de copos descartáveis. - Agenda Ambiental.
5 - Qualidade de vida no ambiente de trabalho.	- Ações regulares: a) Ginástica laboral, b) Posto Médico, c) Feira de Orgânicos.

	- Campanhas e eventos: a) Semana do Meio Ambiente, b) Passeios com caminhada ecológica, c) Vacinação anual contra gripe.

Fonte: Coordenadoria de Administração - CAD

Além das ações desenvolvidas dentro do TCE-PE, a comissão de sustentabilidade do Programa ECOTCE estabeleceu uma cooperação técnica com o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, o Tribunal de Justiça de Pernambuco, a Universidade Federal Rural de Pernambuco e o Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, realizando-se 3 encontros com os representantes das respectivas Comissões de Gestão Ambiental e uma capacitação conjunta dos servidores no curso Gestão de Resíduos Eletroeletrônicos, bem como foi elaborada uma minuta de protocolo de intenções em vias de assinatura pelas Instituições, cujo material está disponível em: **http://www.tce.pe.gov.br/ecotce/.**

3.3.3 – Outras Ações Administrativas

Outras Ações Administrativas
2012
Criação do Grupo de Sustentabilidade Ambiental no Tribunal.
Implantação do projeto Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC.
Implantação do Sistema de Postagem e Aviso de Recebimento - AR nas Insp. Regionais e Dep. de Controle Municipal.
Implementação do Projeto de Segurança da Informação.
2013
Consolidação do processo de produção da Revista do TCE-PE.
Digitalização dos processos de prestação de contas (continuação).
Efetivação da Gestão Documental: Realização de descartes oficiais de documentos, inclusão da ECPBG na Tabela de Temporalidade Documental - TTD e organização dos arquivos das Inspetorias Regionais.
Estruturação do "Programa de Gestão do Conhecimento" com a definição das estratégias.
Implantação do AR digital para melhoria do processo de notificação.
Implantação do novo Sistema de Controle de Adiantamentos – SIAD.
Implantação do Portal de Periódicos.
Implantação do programa ECOTCE: Gestão Ambiental da Instituição.
Implantação do projeto de Tramitação sem Papel.
Implantação do projeto para fornecimento de cópia digital dos processos para advogados e instituições demandantes.
Implantação do Sistema Informatizado de Solicitação de Liquidação de Despesas – SLD.
Implementação de procedimento de cópia digital de processos de Recursos e Pedidos de Rescisão como apoio ao Controle Externo e à Corregedoria.
Implementação do Projeto de Base de Dados de Legislação Municipal.
Implementação do Sistema de Gerenciamento das Contratações de Bens e Serviços.
Implementação do Sistema de Gestão de Contratos.
Implementação do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas.
Organização e distribuição do livro da Lei Orgânica atualizada.
Participação efetiva nas mudanças do Sist. Informatizado e-fisco, com vistas à Nova Contabilidade Pública.
Transferência do arquivo de processos do Núcleo de Atos de Pessoal - NAP para a Div. de Arquivo - DIAR.

Fonte: Coordenadoria de Administração - CAD

3.3.4 - Execução Orçamentária

A execução orçamentária dos anos de 2012-2013 está refletida na planilha a seguir, destacando que representa para os dois anos mais de **92,0%** do valor das dotações orçamentárias autorizadas, acrescidas dos créditos adicionais abertos no exercício. A seguir, o detalhamento da execução orçamentária no período:

a) ***Execução Orçamentária Total:***

Ano	Dotação Anual Autorizada (R$)	Despesas Liquidadas (R$)	Desp. Liquidadas / Autorizadas (%)
2012	266.094.600,00	245.061.783,15	92,1
2013	301.990.492,25	281.816.732,73	93,3

Fonte: Sistema de Controle de Arrecadação do Governo do Estado – E-fisco

b) ***Por Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais***

Programas/ Projetos/ Atividades/ Operações Especiais	Dotação Anual Autorizada (R$1.000,00)		Despesas Liquidadas (R$ 1.000,00)		% Desp. Liquidadas/ Autorizadas	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013
Programa 0256 – Controle Externo da Admin. Pública Estadual e Municipal:	**142.401,30**	**154.922,98**	**140.006,86**	**152.479,14**	**98,3**	**98,4**
Atividade 1111 - Controle Externo da Aplicação dos Recursos Públicos do Estado e dos Municípios de PE	141.259,00	153.606,00	139.244,52	151.356,00	98,6	98,5
Atividade 2741 - Comunicação Institucional do Tribunal de Contas	747,30	1.225,00	521,37	1.123,14	69,8	91,7
Projeto 1389 - Modernização do Controle Externo – Promoex	395,00	91,98	240,97	-	61,0	-
Programa 0991 – Apoio Gerencial e Tecnológico às Ações do TCE-PE:	**123.693,30**	**147.067,51**	**105.054,94**	**129.337,59**	**85,0**	**87,9**
Atividade 0591 - Capacitação e Valorização de Gestores e Servidores	5.255,80	6.860,00	4.425,43	5.551,22	84,7	80,9
Atividade 2799 - Operacionalização do Acesso à Rede Digital Corporativa de Governo do Tribunal de Contas	810,00	1.108,50	810,00	750,62	100,0	67,7
Atividade 4291 - Operação e Manut. das Atividades de Informática	9.573,00	14.318,50	6.507,12	8.350,82	68,0	58,3
Atividade 4411 – Gestão Administrativa das Ações do Tribunal de Contas	49.151,60	48.449,50	42.562,60	43.087,98	86,6	88,9
Operação Especial 1109 – Contribuições Patronais do TCE-PE ao Funafin	40.486,40	42.310,00	39.094,40	42.017,56	96,6	99,3
Operação Especial 1391 - Concessão de Auxílio Alimentação aos Servidores	11.964,40	10.000,00	10.493,18	9.475,77	87,7	94,8
Operação Especial 4618 – Devolução de Saldo de Recursos de Convênio	-	58,35	-	53,35	-	91,4
Projeto 4034 - Adequação das Instalações Físicas do TCE-PE	6.452,10	23.962,66	1.162,21	20.050,27	18,0	83,7

TOTAL	**266.094,60**	**301.990,49**	**245.061,78**	**281.816,73**	**92,1**	**93,3**

Fonte: Sistema de Controle de Arrecadação do Governo do Estado – E-fisco

c) ***Por Grupos de Despesas:***

Grupos de Despesas	Dotação Anual Autorizada (R$1.000,00)			
	2012		2013	
	R$ 1.000,00	%	R$ 1.000,00	%
Pessoal e Encargos Sociais	219.437,80	82,4	236.564,50	78,3
Outras Despesas Correntes	33.996,10	12,8	38.364,33	12,7
Investimentos	12.660,70	4,8	27.061,66	9,0
TOTAL	**266.094,60**	**100,0**	**301.990,49**	**100,0**

Fonte: Coordenadoria de Administração – CAD

d) ***Por Fontes de Recursos:***

Fontes de Recursos	Dotação Anual Autorizada (R$ 1.000,00)		Despesas Liquidadas (R$ 1.000,00)		% Desp. Liquidadas/ Autorizadas	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013
Recursos Advindos do Duodécimo (Orçamento do Estado)	257.753,20	296.773,13	243.740,66	280.945,64	94,6	94,7
Outros Recursos	8.341,40	7.138,38	1.321,12	871,09	15,8	12,2
TOTAL	**266.094,60**	**301.990,49**	**245.061,78**	**281.816,73**	**92,1**	**93,3**

Fonte: Coordenadoria de Administração - CAD

e) Indicadores da Gestão Financeira:

Indicadores	Execução Orçamentária (%)	
	2012	2013
Índice de Despesas com Pessoal de Acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF	**1,19**	**1,34**
Índice de Execução do Orçamento Total	**92,1**	**93,3**
• Índice de Execução do Orçamento de Custeio	77,8	70,8
• Índice de Execução do Orçamento de Investimento	19,4	96,7
• Índice de Execução do Orçamento de Pessoal	98,4	98,3

Fonte: Sistema de Controle de Arrecadação do Governo do Estado - E-fisco

O TCE-PE publicou em janeiro/2014 o seu relatório de Gestão Fiscal referente ao terceiro quadrimestre de 2013, atingindo a meta estabelecida pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa lei, que diz respeito às normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, estabelece que ao fim de cada quadrimestre cada um dos Poderes, além do Ministério Público e dos Tribunais de Contas, deve emitir o seu próprio Relatório de Gestão Fiscal, abrangendo todas as informações necessárias ao alcance das metas fiscais e à observância dos limites fixados para despesas e dívida. No caso do TCE-PE, o gasto com pessoal em 2013 foi equivalente a **1,34%** da receita corrente líquida do Estado, abaixo do limite prudencial que é de **1,48%.**

O Tribunal tem conseguido cumprir os limites estabelecidos pela LRF desde a criação da referida lei, em maio do ano 2000, significando que esses resultados são frutos do trabalho permanente de acompanhamento de despesas e projeções de gastos futuros.

4 – PESSOAS E INOVAÇÃO

A perspectiva “Pessoas e Inovação” do Mapa Estratégico do Tribunal de Contas está sendo analisada sob a ótica dos seguintes itens: a) Gestão de Pessoas, b) Gestão do Conhecimento Organizacional, c) Gestão por Resultados e d) Gestão da Tecnologia da Informação.

4.1 – Gestão de Pessoas

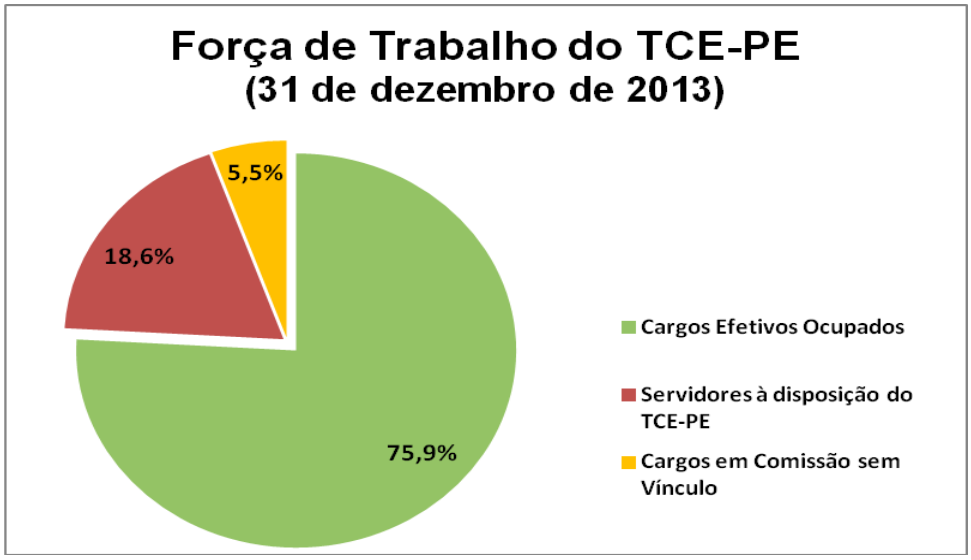
A gestão de pessoas está sendo detalhada de acordo com os seguintes tópicos: a) Força de Trabalho, b) Gestão do Desempenho Funcional, c) Desenvolvimento Funcional e Gerencial e d) Programa TCEndo Saúde. A seguir, são listadas as principais atividades desenvolvidas pelo Tribunal, no período de 2012 a 2013 relativas a esse assunto.

4.1.1 – Força de Trabalho

Em 2013, a força de trabalho do TCE-PE constava de **877** funcionários - com **75,9%** de servidores efetivos, **5,5%** de cargos comissionados (sem vínculo) e **18,6%** de servidores à disposição do Tribunal, conforme planilhas a seguir:

Cargos (*)	2011 (**)	2012 (*)	2013 (*)
1 - Cargos Efetivos (Existentes)	737	737	737
1.1 - Ocupados	717	714	713
1.2 - Vagos	20	23	24
2 - Cargos em Comissão sem Vínculo	48	47	48
3 - Servidores à Disposição do TCE-PE	167	161	163
4 - Subtotal (1.1 + 2 + 3)	**932**	**922**	**924**
5 – Servidores do TCE-PE Cedidos a Outros Órgãos	32	30	35
6 - Servidores em Licença sem Vencimentos	7	7	7
7 - Servidores com Mandato Eletivo	5	5	5
8 - Força de Trabalho (4 - 5 - 6 - 7)	**888**	**880**	**877**
9 - Aposentados	99	98	98

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas – DG
(*) Não inclui: a) Serv. do TCE-PE cedidos a outros órgãos, b) Serv. em licença sem vencimentos e c) Servidores com mandato eletivo. (**) Em 31 de dezembro.



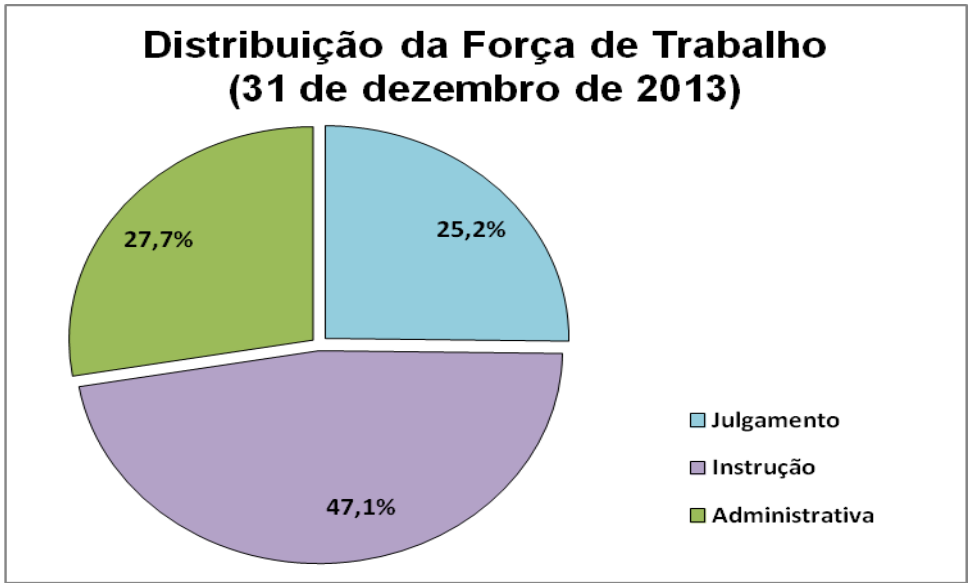
Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas – DGP
Não inclui servidores do TCE-PE cedidos a outros órgãos, servidores em licença sem vencimentos e servidores com mandato eletivo.

Os cargos vitalícios e efetivos do TCE-PE, em 2013, estavam ocupados por **713** servidores, assim distribuídos:

Cargos Vitalícios / Efetivos	2012			2013		
	Existentes	Ocupados	Vagos	Existentes	Ocupados	Vagos
Conselheiro	7	7	0	7	7	0
Auditor (Substituto de Conselheiro)	10	9	1	10	9	1
Procurador Geral-Adjunto	1	1	0	1	1	0
Procurador do Ministério Público de Contas	9	7	2	9	7	2
Procurador do Tribunal de Contas	4	4	0	4	4	0
Auditor das Contas Públicas	214	205	9	214	204	10
Aud. das Contas Pub. para Área da Saúde	5	5	0	5	5	0
Técnico de Auditoria das Contas Públicas	186	181	5	186	181	5
Inspetor de Obras Públicas	71	71	0	71	71	0
Técnico de Inspeção de Obras Públicas	40	40	0	40	40	0
Analista de Sistemas	30	30	0	30	30	0
Programador de Computador	7	7	0	7	7	0
Assistente Técnico de Plenário	24	23	1	24	23	1
Assist. Técnico de Admin. e Informática	121	117	4	121	117	4
Agente de Segurança	5	4	1	5	4	1
Assistente de Plenário	1	1	0	1	1	0
Bibliotecário	2	2	0	2	2	0
TOTAL	**737**	**714**	**23**	**737**	**713**	**24**

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas - DGP

A distribuição da força de trabalho do Tribunal por áreas de atuação é a seguinte:



Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas - DGP

4.1.2 – Gestão do Desempenho Funcional

a) Avaliação do Desempenho Funcional

Em 2012, foram realizados ajustes no processo de Avaliação de Desempenho com vistas a sua simplificação e racionalização, reduzindo-se os critérios para avaliação e implantando um sistema informatizado que atendesse às novas regras estabelecidas, através da Resolução 13/2012. Ademais, como conseqüência do processo, foi concebido o Programa Merecer, que visa o reconhecimento meritocrático e a premiação de servidores com alto desempenho. O grande avanço desse Programa foi o alinhamento entre o desempenho individual e o resultado institucional. Do total de servidores avaliados naquele ano, **91,9%** atenderam a expectativa de desempenho do Tribunal, compreendendo os servidores efetivos, à disposição do TCE-PE e cargos comissionados.

Em setembro de 2012, foi publicada a Resolução TC Nº 13/2012, disciplinando o Sistema de Avaliação de Desempenho Profissional do TCE-PE. Além disso, foi elaborada a cartilha virtual "Sistema de Avaliação de Desempenho" para servir de orientação a todos os servidores do Tribunal. É importante ressaltar que esses resultados servem de subsídios para o processo de progressão profissional, baseado no mérito, de todos os servidores. Em 2013, dando continuidade aos esforços para a melhoria da avaliação de desempenho foram realizadas diversas ações, destacando-se:

- Gestões para a melhoria do Sistema Informatizado de Avaliação de Desempenho.

- Realização de estudos e apresentação de uma proposta de revisão da Resolução TC Nº 13/2012, visando dirimir dúvidas elencadas pelos servidores durante o processo de avaliação.

- Elaboração da etapa preparatória do Plano de Acompanhamento do Desempenho Funcional, que envolveu a análise dos resultados obtidos em 2012, no que se refere à identificação de servidores com baixo desempenho, levantamento de experiências similares em outras instituições, identificação de possíveis parcerias, entre outros.

- Avaliações dos acordos de trabalho firmados para o ciclo avaliativo 2013, buscando identificar o entendimento dos servidores com relação à ferramenta. Como resultado foi selecionado um conjunto de expectativas de desempenho que poderão servir de base para os novos acordos que serão firmados em 2014.

b) Valorização dos Servidores

Em 2003, foi instituído o Prêmio de Valorização do Servidor, sendo um importante instrumento de incentivo e motivação aos servidores que se destacam por seu trabalho. A partir de 2008, a norma passou a utilizar, dentre outros critérios, a Avaliação de Desempenho para a escolha anual de **59** servidores premiados. Em 2012, foi concebido o Programa Merecer, em substituição ao Prêmio de Valorização, que visa a reconhecer publicamente os servidores com alto desempenho, utilizando como fonte a nota de avaliação de desempenho individual alinhada à nota de avaliação de desempenho institucional. Em novembro/2012 foi publicada a Portaria TC nº 364/2012 que instituiu o Programa Merecer e em dezembro/2012 a Portaria TC Nº 378/2012, estabelecendo a composição das notas de merecimento.

O Tribunal de Contas considera que sua capacidade de gerar resultados depende essencialmente da competência, motivação, comprometimento e integração de seus servidores. Entende que tais aspectos podem ser impulsionados por mecanismos institucionais de reconhecimento profissional das pessoas, através de programas de meritocracia. O Programa Merecer oferece incentivos institucionais para servidores com alto desempenho, tendo ocorrido a primeira premiação em 2013, com um total de **292** servidores beneficiados.

Um dos objetivos estratégicos do Tribunal para o período 2013-2018 é “Fortalecer a Meritocracia”, cujo indicador estratégico “taxa de percepção da valorização da meritocracia no TCE-PE” atingiu em 2013 o valor de **62,0%.** Outro indicador importante é a “taxa de motivação dos servidores” que alcançou **80,1%.**

4.1.3 – Desenvolvimento Funcional e Gerencial

a) Desenvolvimento Funcional

Com a finalidade de fortalecer a Política de Capacitação do Tribunal e aprimorar o desempenho institucional, em 2012 e 2013, foram levantadas as necessidades de capacitação para os servidores do TCE-PE. Ainda em 2012, foi aprimorado o Sistema Informatizado de Acompanhamento de Capacitação – SACA, que permite a cada servidor o acompanhamento das capacitações internas e externas realizadas, a partir do Plano de Desenvolvimento Individual – PDI. Essa ação também auxiliou o gerente imediato a fazer o acompanhamento das capacitações dos seus colaboradores alinhadas com as metas estabelecidas no Plano Estratégico e no Plano de Ação Anual. Destaque em 2013 para as diversas turmas do curso de Padrões de Auditoria de Conformidade com a participação de **310** servidores. A seguir, alguns indicadores referentes a desenvolvimento funcional para os referidos anos:

Indicadores	Ano	
	2012	2013
Número de Servidores Treinados	800	813
Taxa de Abrangência das Capacitações (%)	90,6	91,4
Taxa de Satisfação dos Servidores com as Ações de Capacitação (%)	-	50,3
Taxa de Cumprimento do Plano de Desenvolvimento Individual (%)	90,6	90,9

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas – DGP

A Escola de Contas Professor Barreto Guimarães firmou parceria para a realização de cursos de excelência voltados aos servidores do TCE-PE. Trata-se de uma ação conjunta com a Escola Superior da Magistratura de Pernambuco – Esmape para a realização do curso de pós-graduação em Direito Público com Foco no Controle Externo dos Tribunais de Contas. Este curso abrange uma carga de **360** horas e se realiza em **18** meses. Em 2012, contou com **37** alunos, sendo **30** servidores do TCE-PE e os demais de outros órgãos.

b) Desenvolvimento Gerencial

Visando ao aperfeiçoamento das lideranças, **55** gestores do Tribunal, sendo **28** em 2012 e **27** em 2013, foram capacitados no Programa de Gestão Avançada Amana-Key – APG Sênior, em São Paulo, que tem como filosofia o refinamento de competências duráveis como a capacidade de pensar estrategicamente, a capacidade de lidar com desafios e soluções criativas, ou seja, busca o desenvolvimento do fazer acontecer. A taxa de satisfação com a liderança do Tribunal foi de **75,4%** em 2013.

c) Execução Orçamentária com Despesas de Capacitação e Valorização

Com relação às receitas e despesas de capacitação e de valorização de gestores e servidores ao longo dos dois anos, os dados são os seguintes:

Ano	Capacitação e Valorização de Gestores e Servidores (R$ 1.000,00 – preços correntes)		
	Dotação Anual Autorizada	Despesas Liquidadas	% de Desp. Liquidadas/ Autorizadas
2012	5.755,80	4.425,40	84,2
2013	6.860,00	5.551,22	80,9

Fonte: Coordenadoria de Administração Geral – CAD

Em 2012, o "Índice de recursos aplicados em educação corporativa por servidor" foi de **R$ 768,15 e** em 2013 correspondeu a **R$ 1.005,24.**

4.1.4 – Programa TCEndo Saúde

Através do programa de Qualidade de Vida, chamado TCEndo Saúde, cuja taxa de satisfação dos servidores foi de **68,1%,** o TCE-PE desenvolveu ações visando à melhoria e bem estar da saúde física e mental dos servidores, durante os anos de 2012-2013, descritas a seguir:

a) ***Incentivo à Alimentação Saudável:***

- Turmas de Vigilantes do Peso.
- Palestras (**4)** com nutricionista, cujos temas foram: a) Atividade física na dieta e a dieta na atividade física, b) O que comer antes, durante e após o treino, c) Alimentos antioxidantes e atividade física e d) Definição e hipertrofia muscular: como consegui-la?
- Fiscalização do restaurante no tocante à alimentação.
- Orientações nutricionais na intranet.

- Incentivo ao consumo de produtos sem agrotóxicos, com a feira de orgânicos todas as segundas-feiras.

b) ***Incentivo à Atividade Física:***

- Ginástica laboral diariamente com **18** turmas, inclusive para os terceirizados.
- Caminhadas ecológicas na Reserva Carnijó/Moreno, Grupo Serta Horta orgânica em Glória do Goitá e Reserva Charles Darwin, em Igarassu, com a participação de servidores, amigos e familiares.
- Passeios ciclísticos pelas ruas do Recife e Olinda.

c) ***Gerenciamento do Estresse:***

- Posto médico com disponibilidade diária de enfermeira para atendimentos emergenciais.
- Vídeos com dicas de saúde para os servidores.
- Atendimento psicossocial aos gerentes e servidores do TCE-PE.
- Campanha de vacinação em 2012: **334** pessoas e em 2013: **412** pessoas vacinadas, sendo **252 (61,1%)** servidores ativos, **156 (37,9%)** dependentes. O TCE-PE atuou pela primeira vez com a vacinação nas Inspetorias Regionais, totalizando **35** doses, sendo **16** servidores e **19** dependentes.

d) Implantação do Programa de Preparação para Aposentadoria

Em 2013, foi implantado o programa de Preparação para Aposentadoria – Atividade com a participação de **23** servidores e dividido em **8** encontros com os seguintes temas: a) Ciclo de Vida, b) e c) Orientações e Procedimentos Legais sobre a Aposentadoria (2 módulos), d) Envelhecimento Ativo e Qualidade de Vida, e) Planejamento Financeiro, f) Empreendedorismo, g) e h) Pensar o futuro (2 módulos). A primeira turma foi encerrada em novembro, com solenidade de formatura. A portaria que instituiu o referido programa foi publicada no Diário Oficial de 3/12/2013.

Todas as informações do item 4.1 demonstram que os investimentos feitos na gestão de pessoas ao longo dos anos vêm alcançando resultados positivos, contribuindo para a satisfação do servidor e, consequente, melhoria dos resultados do Tribunal.

4.2 – Gestão do Conhecimento Organizacional

A gestão do conhecimento organizacional está sendo analisada de acordo com os seguintes tópicos: a) Oficinas do Conhecimento, b) Concursos de Monografias e de Inovação, c) Grupos de Discussão no Facebook, d) Educação à Distância e e) Segurança da Informação. A seguir, listam-se as principais atividades desenvolvidas pelo Tribunal, no período de 2012 a 2013 relativas a esse assunto.

4.2.1 - Oficinas do Conhecimento

Essas oficinas são realizadas no TCE-PE desde 2008. O objetivo é identificar e difundir, entre os diversos segmentos do Tribunal, o conhecimento adquirido e produzido pelos servidores em trabalhos acadêmicos, em práticas vivenciadas ou até mesmo em outros trabalhos que sejam do interesse da instituição. Nos anos de 2012-2013, foram discutidos os seguintes tópicos:

Ano	Nº de Ofic. do Conhecimento	Nº de Participantes	Temas Abordados

2012	4	609	Segurança da Informação: Experiência do TCU e o Projeto do TCE-PE.
			Lei de Acesso à Informação.
			Planejamento Estratégico 2013-2018.
			O Terceiro Setor: Controle das Organizações Sociais".
2013	4	645	Avanços da Tecnologia da Informação para Auditoria.
			Planejamento do Controle Externo: Integração Quali-Quantitativa.
			Receitas Públicas sob a perspectiva do Planejamento, Gestão, Resultados, Controles e Auditoria.
			Melhorando Processos para Integrar Pessoas e Otimizar Resultados.

Fonte: Escola de Contas Públicas Professor Barreto Guimarães – ECPBG

4.2.2 – Concursos e Inovação

Em 2011, o Tribunal lançou o "1º Concurso de Inovação no Setor Público", voltado para o TCE-PE e inédito no âmbito dos Tribunais de Contas. Teve como objetivos discutir o impacto da inovação no setor público, estimular a introdução de mudanças ou de novos processos, produtos ou procedimentos relevantes e que produzam resultados positivos para a instituição e para a sociedade, além de valorizar servidores que atuem de forma criativa e proativa em suas atividades. A ideia é que esse concurso seja promovido a cada dois anos. Em 2013, na segunda edição do Concurso, o Tribunal contou com a participação de **10** projetos inscritos, oriundos de vários segmentos administrativos, fato que foi considerado um sucesso. Dos **10** Projetos inscritos, **6** passaram para a segunda fase e **3** foram premiados. Os projetos premiados foram os seguintes:

Projetos Premiados	Equipes
Análise prévia automatizada de custo de obras e serviços de engenharia (Robô SIOGI)	Ayrton Guedes Alcoforado Júnior, Alfredo Montezuma Belo e Alexandre Lucas de Oliveira.
Portal do Cidadão Painel de BI – (Inteligência de Negócios)	Rômulo Lins de Araújo Filho, Maria Helena de Vasconcelos Limongi, Ricardo Jorge Veras Beltrão.
Implantação do Compromisso de Ajuste de Conduta - CAC	Jackson Francisco de Oliveira.

Fonte: Escola de Contas Públicas Professor Barreto Guimarães - ECPBG

4.2.3 - Grupos de Discussão no Facebook

A partir de 2012, o Tribunal de Contas inovou com a formação no facebook de Grupos de Conhecimento com objetivo de fomentar a discussão e o intercâmbio entre os professores da Escola de Contas Públicas e os interessados em geral, possibilitando a socialização de conhecimento, experiências e dúvidas nas temáticas contemporâneas. Esses grupos contribuem de maneira importante para a melhoria da gestão pública. Até 31 de dezembro de 2013, o número de seguidores dos referidos grupos criados pela Escola de Contas em sua página no facebook era de **4.873**, assim distribuídos:

Fonte: Escola de Contas Públicas Professor Barreto Guimarães - ECPBG

Com relação à Gestão do Conhecimento Organizacional, ao longo de 2013, a Escola de Contas participou, com outros setores do Tribunal, de discussões para criação de uma minuta de Portaria para estruturar a Gestão do Conhecimento no TCE-PE. Essa minuta está pronta e foi apresentada à Presidência para análise.

4.2.4 - Educação a Distância

A Educação a Distância (EAD) é ferramenta fundamental para as organizações se manterem atualizadas e ampliarem os recursos de informações que disponibilizam aos seus funcionários. A aprendizagem ocorre o tempo todo e em todos os lugares, levando às pessoas a possibilidade de explorar, pesquisar, colaborar, interagir e compartilhar conhecimentos e experiências. Dessa forma, a ECPBG implantou essa modalidade de aprendizado para os servidores do TCE-PE, bem como para os servidores de seus jurisdicionados e a outros interessados. Em 2009, foi lançado o primeiro curso do gênero. Nas planilhas a seguir, o detalhamento desses cursos durante o período de 2012 a 2013:

Ano	Nome dos Cursos	Nº de Participantes do TCE-PE	Nº de Particip. dos Jurisdicion.	Outros Participantes	TOTAL
	Certificação Digital	99	-	-	99
	Curso Prático de Utilização do Módulo Licitação e Contratos (Lincon) do SAGRES-PE	2	89	3	94
	Excel 2003 Avançado	51	4	-	55
	Excel Básico	50	9	-	59
	Libre Office Calc Completo	30	-	-	30
	Libre Office Writer	40	-	-	40
	Licitação Pública Básica	7	6	1	14

2012	Moodle para Tutores	16	-	-	16
	Prezi Básico	60	-	-	60
	Sagres/PE: Módulo de Licitações e Contratos	2	40	1	43
	Word Avançado	24	-	-	24
	TOTAL	**381**	**108**	**5**	**494**
2013	Licitação Pública Básica	37	86	12	135
	Curso Prático de Utilização do Módulo Licitações e Contratos (Licon) do Sagres-PE	1	83	-	84
	Windows e Word Básico 2007	30	-	-	30
	Libre Office - Write	52	-	-	52
	Libre Office (Writer Completo)	23	-	-	23
	Power Point	81	-	-	81
	Word	36			36
	Excel Básico	26	1		27
	TOTAL	**286**	**170**	**12**	**468**

Fonte: Escola de Contas Públicas Professor Barreto Guimarães - ECPBG

4.2.5 - Segurança da Informação

Com relação ao projeto estruturante "Implantação da Política de Segurança da Informação", no período 2012-2013 foram desenvolvidas as seguintes ações:

2012 > Elaboradas as propostas de regulamentação da política de segurança da informação e de classificação da informação.

2013 > Elaboradas as propostas de tratamento da informação sigilosa, de gestão de riscos e de gestão de incidentes de segurança da informação.

Nesse período, também se deu continuidade às campanhas de conscientização e a estruturação dos procedimentos e equipamentos para implantar o serviço de cópias digitais de processos, bem como foi iniciado o monitoramento das ações corretivas recomendadas quando das análises de gestão de riscos e de incidentes.

4.3 – Gestão por Resultados

A gestão por resultados está sendo analisada tomando por base os seguintes itens: a) Modelo de governança, b) Objetivos Estratégicos e de Contribuição à Estratégia, c) Gerenciamento de Projetos, d) Ações de Controle Interno na Gestão do Tribunal de Contas, e) Gestão por Processos de Trabalho, f) Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo. A seguir, são listadas as principais atividades desenvolvidas pelo Tribunal, no período de 2012 a 2013 relativas a esse assunto.

4.3.1 – Modelo de Governança

No III Plano Estratégico do Tribunal, para 2013-2018, consta o Modelo de Planejamento e Monitoramento adotado pelo TCE-PE, baseado na metodologia *Balanced ScoreCard (BSC)*, que tem como principal elemento o Mapa Estratégico da instituição organizado em três perspectivas: 1) Resultados para a Sociedade, 2) Processos Internos e 3) Pessoas e Inovação. Nessas perspectivas, estão descritos os objetivos

estratégicos do TCE-PE, servindo de referência para a definição de indicadores estratégicos que ao longo dos anos serão medidos para monitorar o desempenho do Tribunal de Contas. A seguir, o Mapa Estratégico do TCE-PE para o período de 2013-2018:

A metodologia do *Balanced Scorcard* procura descrever a visão de futuro da instituição para os seus integrantes, criando aspirações compartilhadas e dando foco aos esforços de mudança. E o Mapa Estratégico pode ser considerado como o pano de fundo, sobre o qual a história da estratégia será narrada aos diretores, gerentes e colaboradores da organização. A estratégia é o caminho escolhido por uma organização para alcançar a sua visão de futuro. A estratégia atual do TCE-PE está representada no referido Mapa Estratégico e é executada dentro do ciclo correspondente, por meio das iniciativas estratégicas empreendidas que ano a ano serão selecionadas e executadas através dos projetos estruturantes. Compõem também a estratégia os Painéis de Contribuição das áreas construídos durante o desdobramento da estratégia. Nesses painéis constam objetivos, indicadores e iniciativas de contribuição associados a objetivos estratégicos correlatos.

Toda instituição precisa monitorar e ajustar constantemente seu desempenho para alcançar os resultados. O propósito é avaliar a estratégia, ajustando-a e modificando-a, conforme as necessidades.

Segundo Kaplan e Norton medir é importante: "O que não é medido não é gerenciado". Durante o monitoramento, o avanço das iniciativas e os resultados demonstrados pelos indicadores são avaliados e confrontados com as metas estabelecidas. No TCE-PE essas análises ocorrem durante reuniões mensais e trimestrais e contam com a participação ativa de servidores de diversas esferas. Em 2013, foram realizadas mensalmente reuniões de monitoramento com as **12** áreas de planejamento definidas no Plano Estratégico. Além dessas, também ocorreram reuniões mensais com a presidência e corpo diretor.

A sistemática de monitoramento tem como suporte a plataforma *Channel* que permite acompanhar o desempenho da instituição através do Mapa Estratégico, proporcionando um ambiente completo e unificado de apoio à gestão estratégica. Essa plataforma também proporciona a geração periódica de relatórios analíticos de acompanhamento da estratégia, para subsidiar a tomada de decisões.

4.3.2 - Objetivos Estratégicos e de Contribuição à Estratégia

O desempenho dos objetivos estratégicos e de contribuição à estratégia do TCE-PE (medido através dos indicadores estratégicos e dos de contribuição) está demonstrado nas planilhas a seguir:

a) Síntese do Desempenho dos Indicadores Estratégicos e de Contribuição à Estratégia:

Perspectivas e Objetivos Estratégicos	Desempenho em 2013 (%)	
	Indicadores Estratégicos	Indicad. de Contribuição à Estratégia
I - Resultados para a Sociedade	**117,4**	**112,9**
1 – Aumentar a efetividade das ações de controle externo	130,6	121,5
2 – Contribuir para o aperfeiçoamento da gestão pública	111,8	75,0
3 – Contribuir para a transparência e o exercício do controle social	96,4	110,0
II - Processos Internos	**93,5**	**102,1**
4 – Aumentar a eficiência do processo de controle externo	92,6	81,8
5 – Aumentar a eficácia do processo de controle externo	111,9	103,7
7 – Fortalecer a imagem institucional	-	122,2
8 – Aprimorar a gestão administrativa	101,3	100,6
III – Pessoas e Inovação	**110,8**	**98,4**
9 – Incentivar o desenvolvimento e a valorização das pessoas	104,3	-
10 – Fortalecer a meritocracia	123,9	-
11 – Estruturar a gestão do conhecimento organizacional	-	100,0
12 – Consolidar a gestão por resultados	109,2	95,2
13 – Aprimorar a gestão de tecnologia da informação	116,7	100,0
14 – Intensificar e aprimorar o uso de TI no proc. de controle externo	100,0	-
TRIBUNAL DE CONTAS	**98,0**	**104,5**

Fonte: Sistema Informatizado Channel

b) Indicadores Estratégicos medidos em 2013:

Objetivos Estratégicos	Indicadores Estratégicos	Meta	Valor Medido	Desem-penho
I - Resultados para a Sociedade				**117,4%**
1 – Aumentar a efetividade das ações de controle externo	1.1 – Benefícios financeiros das ações de controle externo	R$ 568.000.000,00	R$ 879.201.847,63	154,8%
	1.2 – Índice de efetividade das ações de controle externo	15%	16,0%	106,5%
2 – Contribuir para o aperfeiçoamento da gestão pública	2.1 – Número de servidores de órgãos jurisdicionados capacitados	3.200 servidores	3.578 servidores	**111,8%**
3 – Contribuir para a transparência e o exercício do controle social	3.1 – Número de acessos ao Portal do Cidadão	33.000 acessos	24.994 acessos	75,7%
	3.2 – Taxa de demandas do cidadão atendidas	55,0%	58,9%	107,1%
	3.3 – Número de pessoas estimuladas ao controle social	7.242 pessoas	7.708 pessoas	106,4%
II – Processos Internos				**93,5%**
4 – Aumentar a eficiência do processo de controle externo	4.1 – Tempo médio dos processos julgados	335 dias	362 dias	92,5%
	4.2 – Idade média dos processos em estoque	408 dias	409 dias	99,8%
	4.3 – Índice de processos julgados tempestivamente	58,5%	54,3%	92,8%
	4.4 – Índice de estoque dos proc. acima do prazo de julgamento	41,4%	48,5%	85,5%
5 – Aumentar a eficácia do processo de controle externo	5.1 – Índice de qualidade das peças processuais	80,0%	98,4%	123,0%
	5.2 – Taxa de nulidade de deliberações (-APR)	1,10%	1,09%	100,9%
8 – Aprimorar a gestão administrativa	8.1 – Índice de satisfação com o suporte administrativo	88,0%	89,2%	101,3%
III – Pessoas e Inovação				**110,8%**
9 – Incentivar o desenvolvimento e a valorização das pessoas	9.1 – Taxa de atendimento da expectativa de desempenho dos servidores	92,0%	-	**-**
	9.2 – Taxa de abrangência das capacitações	90,0%	91,4%	101,6%
	9.3 – Taxa geral de satisfação dos servidores	68,7%	73,6%	107,1%
10 – Fortalecer a meritocracia	10.1 – Taxa de percepção da valorização da meritocracia no TCE-PE	50,0%	62,0%	123,9%
12 – Consolidar a gestão por resultados	12.1 - Taxa de avanço dos projetos estruturantes	93,0%	81,8%	87,9%
	12.2 – Índice de desempenho da perspectiva Resultados para a Sociedade	90,0%	117,4%	130,4%
13 – Aprimorar a gestão de TI	13.1 – Índice de governança de TI	41,0%	44,0%	107,2%
	13.2 – Taxa de satisfação dos usuários com os serviços de TI	70,0%	88,3%	126,1%
14 – Intensificar e aprimorar o uso de TI	14.1 – Índice de automação do processo de controle externo	68,0%	68,0%	100,0%

no processo de controle externo				
			TRIBUNAL DE CONTAS	**98,0%**

Fonte: Sistema Informatizado Channel

c) Indicadores de Contribuição medidos em 2013:

Objetivos de Contribuição	Indicadores de Contribuição	Meta	Valor Medido	Desempenho
Objetivo Estratégico 1: Aumentar a Efetividade das Ações de Controle Externo				
1.1 – Aprimorar a ação preventiva (JULG)	1.1.1 – Número de instrumentos aprimorados	3	3	100,0%
1.2 - Aprimorar o monitoramento do voto motivado pelas câmaras mun. (JULG)	1.2.1 - Taxa de pareceres prévios acatados pelas câmaras municipais	80,0%	82,2%	102,7%
1.3 - Aumentar a taxa de arrecadação dos débitos e multas (CORG)	1.3.1 - Taxa de débitos arrecadados	1,00%	1,43%	143,0%
	1.3.2 - Taxa de multas municipais arrecadadas	43,0%	45,1%	104,8%
Objetivo Estratégico 2: Contribuir para o Aperfeiçoamento da Gestão Pública				
2.2 – Aprimorar a formação de profissionais que atuam na gestão pública (ECPBG)	2.2.1 – Número de servidores públicos capacitados em extensão e em pós-graduação	120	90	75,0%
Objetivo Estratégico 3: Contribuir para a Transparência e o Exercício do Controle Social				
3.1 - Desenvolver soluções inovadoras para fomento ao controle social (CTI)	3.1.1 - Número de serviços disponibilizados para o controle social em dispositivos móveis	2	1	**50,0%**
	3.1.2 – Taxa de dados públicos relevantes disponibilizados	10,0%	18,0%	**180,0%**
3.2 – Intensificar as parcerias com a sociedade civil organizada (OUVI)	3.2.1 – Número de parceiros estimulados ao controle social	95 parceiros	95 parceiros	100,0%
Objetivo Estratégico 4: Aumentar a Eficiência do Processo de Controle Externo				
4.1 - Melhorar o tempo médio dos processos na fase de formalização (DEP)	4.1.1 - Tempo médio dos processos na fase de formalização	20 dias	13	153,8%
	4.1.2 - Idade média dos proc. em estoque na fase de formalização	20 dias	14	142,8%
	4.1.3 - Índice de processos que encerraram tempestivamente a fase de formalização	79,8%	72,8%	91,1%
	4.1.4 - Índice de estoque dos processos acima do prazo na fase de formalização	1,0%	33,3	3,0%
4.2 - Aumentar a eficiência na fase de instrução	4.2.1 - Tempo médio dos processos na fase de Instrução	181 dias	212 dias	85,4%

(CCE)	4.2.2 - Idade média dos processos em estoque na fase de Instrução	289 dias	294 dias	98,3%
	4.2.3 - Índice de processos que encerraram tempestivamente a fase de Instrução	68,5%	59,2%	86,3%
	4.2.4 - Índice de estoque dos processos acima do prazo na fase de Instrução	42,6%	48,6%	87,8%
4.3 - Aumentar a eficiência dos processos de controle externo na fase de julgamento (JULG)	4.3.1 - Tempo médio dos processos na fase de Julgamento	81 dias	92	88,0
	4.3.2 - Idade média dos proc. em estoque na fase de Julgamento	288 dias	311	92,6%
	4.3.3 - Índice de processos que encerraram tempestivamente a fase de Julgamento	78,2%	72,5%	92,8%
	4.3.4 - Índice de estoque dos processos acima do prazo na fase de Julgamento	57,0%	58,0%	98,1%
4.4 - Acelerar a publicação das deliberações (DP)	4.4.1 - Tempo médio dos processos na fase de Publicação	12 dias	12 dias	**100,0%**
	4.4.2 - Idade média dos processos em estoque na fase de Publicação	40 dias	45 dias	**88,9%**
	4.4.3 - Índice de processos que encerraram tempestivamente a fase de publicação	26,7%	33,7%	**126,3%**
	4.4.4 - Índice de estoque dos proc. acima do prazo na fase de publicação	57%	86,4%	**65,9%**
4.5 - Fomentar a celeridade dos processos prioritários p/a julgamento (CORG/PROC)	4.5.1 - Estoque de processos com mais de três anos de formalização	103 processos	259 processos	39,8%
Objetivo Estratégico 5: Aumentar a Eficácia do Processo de Controle Externo				
5.2 **–** Reduzir o número de deliberações reformadas (DP)	5.2.1 – Taxa de deliberações publicadas reformadas (-APR)	10,0%	10,1%	**98,8%**
5.3 – Facilitar o acesso à legislação municipal (CAD)	5.3.1 – Taxa de municípios com legislação disponibilizada	5,0%	5,4%	**108,6%**
Objetivo Estratégico 7: Fortalecer a Imagem Institucional				
7.1 - Consolidar a utilização das redes sociais no âmbito da ECPBG	7.1.1 - Número de seguidores nas redes sociais	3.000	3.699	**123,3**
7.2 - Melhorar o atendimento ao cidadão (OUVI)	7.2.1 - Taxa de satisfação do cidadão com os serviços da Ouvidoria	80,0%	75,1%	**93,9%**
7.3 - Aumentar o grau de satisfação dos cidadãos atendidos pelos protocolos (DEP)	7.3.1 - Taxa de satisfação dos cidadãos atendidos pelos protocolos	80,0%	94,0%	**117,5%**
Objetivo Estratégico 8: Aprimorar a Gestão Administrativa				
8.1 **–** Aprimorar a gestão administrativa da ECPBG	8.1.1 - Taxa de satisfação com os serviços da ECPBG	70,0%	88,0%	**125,8%**

8.2 – Aumentar a eficácia dos controles internos (NPC)	8.2.1 – Grau de estruturação dos controles internos	Grau 6,0	Grau 6,6	**110,8%**
	8.2.2 – Taxa de recomendações de controle interno	60,0%	75,0%	**125,0%**
8.3 - Melhorar a execução orçamentária (CAD)	8.3.1 - Taxa de execução orçamentária de Outras Despesas Correntes	73,3%	66,4%	90,6%
8.4 – Aperfeiçoar a gestão administrativa das Insp. Regionais (CAD)	8.4.1 – Taxa de cobertura das capacitações	95,0%	95,0%	100,0%
8.5 – Melhorar as condições do ambiente de trabalho (CAD)	8.5.1 – Taxa de satisfação com a infraestrutura	80,0%	77,7%	97,2%
8.7 - Aprimorar o controle patrim. e contábil (CAD)	8.7.1 - Taxa de Implantação da Nova Contabilidade Pública	81,2%	66,2	81,5%
8.8 – Aprimorar a sustentabilidade da gestão administrativa (CAD)	8.8.1 – Benefícios gerados pela gestão ambiental	600,0 kg	462,9 kg	129,6%
	8.8.2 - Taxa de redução no consumo de energia	2,0%	2,6%	132,0%
Objetivo Estratégico 11: Fomentar a Gestão do Conhecimento				
11.2 - Disseminar o conhecimento organizacional (JULG)	11.2.1 – Nº de ações de disseminação do conhecimento empreendidas pela área de Julgamento	3	3	100,0%
11.2 - Disseminar o conhec. organizacional (ECPBG)	11.2.2 - Número de ações de disseminação do conhecimento empreendidas pela ECPBG	20	19	95,0%
11.3 **–** Disseminar os entendimentos administ. (CORG/PROC)	11.3.1 – Número de entendimentos administrativos publicados	5	5	100,0
Objetivo Estratégico 12: Consolidar a Gestão por Resultados				
12.1 - Aprimorar o gerenciamento de projetos (NPC)	12.1.1 - Taxa de avanço dos projetos	96,2%	86,9%	90,3%
12.2 – Fomentar a gestão por processos (NPC)	12.1.2 – Índice de maturidade em gestão por processos	nível 2	nível 2	100,0%
Objetivo Estratégico 13: Aprimorar a Gestão de Tecnologia da Informação				
13.1 **–** Disseminar as boas práticas na gestão de TI (CTI)	13.1.1 – Número de boas práticas para gestão de TI implantadas	3	3	**100,0**

Fonte: Sistema Informatizado Channel

É importante destacar que a cada ano é selecionado um conjunto de projetos estruturantes e setoriais, bem como construído o Plano de Ação de cada área de planejamento e definidos os indicadores e projetos operacionais.

4.3.3 – Gerenciamento de Projetos

Os projetos estratégicos (estruturantes e setoriais) são a forma de organizar os esforços necessários para realizar as iniciativas estratégicas e de contribuição. Eles representam intervenções no rumo da organização, impulsionando-a na direção almejada. Nesse sentido, em 2012, o TCE-PE implantou algumas medidas para melhor gerir seus projetos como a adoção de uma Metodologia de Gerenciamento de Projetos e de Gestão de Portfólios e a estruturação do Escritório de Projetos.

O portfólio de projetos estratégicos foi definido pela Presidência com o auxílio de um modelo de pontuação que utilizou critérios tais como alinhamento estratégico, teor de inovação e prazo de execução. Os projetos que compõem o portfólio são acompanhados através de reuniões mensais com a alta administração e monitorados on-line através do sistema computacional Channel.

São marcos da gestão do TCE-PE, os seguintes projetos estratégicos para 2012, descritos a seguir, que atingiram o desempenho (realizado versus planejado) de **94,6%**:

Objetivos Estratégicos	Projetos Estratégicos	Conclusão	Desempenho (2012) (%)
1 – Aumentar a efetividade das ações de controle externo	1.1 - Mensuração dos benefícios gerados pela atuação do TCE-PE	ago/2012	**92,5**
	1.2 - Monitoramento do Julgamento das Câmaras Municipais	ago/2012	**100,0**
4 – Aumentar a eficiência do processo de controle externo	4.1 - Processo Eletrônico do TCE-PE – Módulo 1	set/2013	**54,3**
10 – Fortalecer a meritocracia	10.1 – Programa Merecer	ago/2012	**79,6**
12 – Consolidar a gestão por resultados 14 – Intensificar e aprimorar o uso de TI no processo de controle externo	12.1 - Implantação do Escritório de Projetos Corporativo	dez / 2012	**100,0**
	12.2 - Revisão do Modelo Organizacional	dez/2012	**86,1**
	12.3 - Elaboração do Plano Estratégico 2013-2018	mai/2013	**108,7**
	14.1 – Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Rec. da Soc. - SAGRES	dez/2012	**96,8**
	14.2 - Automação de Auditoria	jan/2013	**99,4**

Fonte: Sistema Informatizado Channel

Em 2013, de acordo com a metodologia utilizada, os projetos estratégicos receberam a classificação de estruturantes e o desempenho deles atingiu **87,9 %,** conforme descrito a seguir:

Objetivos Estratégicos	Projetos Estruturantes	Conclusão	Desempenho 2013 (%)
1 – Aumentar a efetividade das ações de controle externo	1.1 - Mensuração dos Benefícios Gerados pela Atuação do TCE-PE	mai/2013	100,0
	1.2 - Aprimoramento da Metodologia de Acompanhamento da Efetividade das Ações de Controle Externo	ago/2014	97,0
3 – Contribuir para a transparência e o exercício do controle social	3.1 – Transparência dos Débitos e Multas	nov/2013	99,2
4 – Aumentar a eficiência do processo de controle externo	4.1 - Processo Eletrônico do TCE-PE – Módulo 1	jan/2014	100,0
	4.2 - Implantação do Gerenciamento de Custos no Processo de Controle Externo	dez/2013	54,5
9 – Incentivar o desenvolvimento e a valorização das pessoas	9.1 - Aprimoramento do Programa de Qualidade de Vida	dez/2013	100,0
10 – Fortalecer a meritocracia	10.1 – Merecer	jun/2013	98,7
11 – Estruturar a gestão do conhecimento organizacional	11.1 – Estruturação da Política de Segurança da Informação	dez/2013	76,8
	11.2 – Implantação do Modelo de Gestão do Conhecimento	jan/2014	98,3
12 – Consolidar a gestão por resultados	12.1 - Revisão do Modelo Organizacional	jul/2013	100,0
14 – Intensificar e aprimorar o uso de TI no processo de controle externo	14.1 - Automação de auditoria	mai/2014	92,9
	14.2 - Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade - SAGRES	dez/2014	82,0

Fonte: Sistema Informatizado Channel

Objetivos Estratégicos	Projetos Setoriais	Conclusão	Desempenho 2013 (%)
2 – Contribuir para o Aperfeiçoamento da Gestão Pública	2.1 - Fortalecimento do Controle Interno dos Jurisdicionados Estaduais (CCE)	dez/2013	97,0
4 – Aumentar a eficiência do processo de controle externo	4.1 - Estruturação de um Programa de Auditoria com Foco em Sustentabilidade (CCE)	jul/2014	101,3
	4.2 - Modernização da Metodologia de Auditoria (CCE)	jan/2014	67,6
8 - Aprimorar a Gestão Administrativa	8.1 - Aperfeiçoamento do Gerenciamento das Contratações de Bens e Serviços (CAD)	ago/2013	99,5
	8.2 - Estruturação das Inspetorias Regionais (CAD)	dez/2013	76,2
	8.3 - Estruturação e Implantação do Modelo de Gestão Administrativa Sustentável (CAD)	jul/2014	93,4
	8.4 - Implantação da Base de Dados de Legislação dos Municípios de PE (CAD)	dez/2013	100,0

	8.5 - Implantação da Nova Contabilidade Pública no TCE (CAD)	dez/2013	81,5
	8.6 - Tramitação sem Papel (CAD)	dez/2013	74,1
12 - Consolidar a Gestão por Resultados	12.1 - Estruturação e Implantação do Escritório de Processos de Negócio do TCE-PE (NPC)	mai/2014	85,3
13 - Aprimorar a Gestão de TI	13.1 - Dados Abertos TCE-PE (CTI)	dez/2013	100,0
	13.2 - Disponibilização de Aplic. Móveis para Fomento ao Controle Social (CTI)	fev/2014	57,9
	13.3 - Disseminação de Boas Práticas de Governança de TI (CTI)	dez/2013	100,0
14 – Intensificar e Aprimorar o Uso de TI no Processo de Controle Externo	14.1 - Implantação de Sistema Informatizado de Controle de Prazos Processuais (CORG)	Mai/2014	101,4

Fonte: Sistema Informatizado Channel

Destaca-se também que desde 2012, os setores do TCE-PE passaram a utilizar a plataforma Channel, tanto no módulo de Indicadores, como no de Gerenciamento de Projetos. Essa ferramenta foi adquirida pelo Instituto Ruy Barbosa e disponibilizada para todos os Tribunais de Contas do país.

4.3.4 – Ações de Controle Interno

Segundo a Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai), o Controle Interno é um processo integrado e dinâmico que se adapta continuamente às mudanças enfrentadas pela organização. A direção e o corpo de funcionários, de todos os níveis, devem estar envolvidos nesse processo, para enfrentar os riscos e oferecer razoável segurança ao alcance da missão institucional e dos objetivos gerais. As auditorias internas realizadas em diversas unidades organizacionais do Tribunal fornecem regularmente informações sobre o funcionamento destas áreas, identificando pontos fortes e fracos, além de recomendações para o aperfeiçoamento do seu controle interno. No período de 2012-2013, foram realizadas as seguintes auditorias internas:

Auditorias Internas
2012
Utilização de diárias nos serviços de fiscalização.
Sistemática de planejamento anual.
Aderência da disponibilização das informações da folha de pagamento à Lei N° 12.527, de 18/11/2011 (Lei de Acesso à Informação).
2013
Auditoria interna em acessos dos servidores ao TCE-PE.
Avaliação da força de trabalho no TCE-PE.
Auditoria Interna do contrato da fábrica de software do TCE-PE.

Fonte: Núcleo de Planejamento, Controle Interno e Desenvolvimento Organizacional – NPC

O indicador de contribuição à estratégia “Taxa de recomendações de controle interno atendidas tempestivamente” atingiu **75,0%** em 2013.

Foi mensurado o “grau de estruturação do controle interno do Tribunal” em 2013 que avalia a existência, atualização e uso pelos servidores de procedimentos em suas principais atividades e a existência e medição de indicadores relacionados a essas atividades. Esse grau é medido em três escalas: inicial (0 a 5), intermediário (> 5 a 8) e aprimorado (> 8 a 10). No caso do TCE-PE, a medição do indicador atingiu o valor de **6,65**, correspondendo ao grau intermediário. O panorama encontrado mostrou que o Tribunal tem uma maturidade no que diz respeito aos indicadores, presentes em quase todas as áreas do órgão, mas ainda é necessária a implantação de melhorias em relação aos procedimentos adotados. O objetivo da medição é

identificar as áreas carentes de maior estruturação de suas atividades e propor a implantação de melhorias. A adoção do "grau de estruturação de controles internos" está alinhada ao compromisso n° 16, da Declaração de Vitória, no Espírito Santo, de 06 de dezembro de 2013, que prevê: "Fortalecer o sistema de controle interno dos Tribunais de Contas, bem como apoiar e fiscalizar sua efetiva implementação por parte dos jurisdicionados".

Os resultados apresentados representam um esforço em conjunto do Tribunal na busca do atendimento aos princípios gerais de toda instituição pública, que são a execução ordenada, ética, econômica, eficiente e eficaz das operações; o cumprimento das obrigações de *accountability*; o cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis; e a salvaguarda dos recursos para evitar perdas, mau uso e dano.

4.3.5 – Gestão por Processos de Trabalho

Como parte do seu planejamento estratégico, o Tribunal de Contas no período de 2012 a 2013 deu ênfase a otimização de processos de trabalho, seja no âmbito da fiscalização dos jurisdicionados ou nos procedimentos internos, gerando com isto economia nos recursos disponíveis.

Em 2012, a cultura de gestão por processos de trabalho foi aperfeiçoada, com a concepção, estudo e desenvolvimento de uma nova diretriz para a gestão de processos organizacionais, baseada nas boas práticas internacionais em Gerenciamento de Processos de Negócio – BPM. Nesse sentido, foram realizadas ações voltadas para o diagnóstico de maturidade organizacional, revisão de métodos, técnicas, processos, papéis de trabalho e ferramentas, capacitações, alinhamento estratégico, revisão do modelo e da estrutura organizacional, benchmarks (visitas técnicas a diversos órgãos), formalização de parcerias e participação em fóruns de conhecimento. Foram mapeados e redesenhados em 2012 e 2013 os seguintes fluxos de processos de trabalho:

Processos de Trabalho Definidos
2012
Identificação de melhorias no processo de Inativos e Pensionistas.
Identificação de melhorias no processo de Auditoria de Acompanhamento.
Manual de Procedimentos da Ouvidoria.
2013
Implementação das melhorias no processo de Inativos e Pensionistas.
Implementação das melhorias no processo de Auditoria de Acompanhamento.
Identificação de melhorias no processo de Aquisição.
Identificação de melhorias no processo de Medida Cautelar.
Identificação de melhorias no processo de Termo de Ajuste de Gestão.
Identificação de melhorias no processo de Notificação.

Fonte: NPC

Todas essas ações estão contempladas no projeto para "Estruturação e Implantação do Escritório de Processos de Negócio do TCE-PE", que tem por objetivo estruturar, desenvolver e consolidar de forma sustentável um programa de melhoria contínua das rotinas de trabalho, sejam elas finalísticas, administrativas ou até mesmo gerenciais. A redução de tempo, custos e esforços, bem como a alocação e o desenvolvimento de competências adequadas para a execução das rotinas operacionais são alguns dos muitos benefícios auferidos com essa iniciativa. Nesse sentido, foi firmado um convênio com o Centro de Informática da UFPE, que já desenvolvia um estudo sobre as iniciativas de gerenciamento de processos em organizações públicas. Devido à dimensão e complexidade dos trabalhos envolvidos e visando a um maior controle de resultados, o projeto foi fragmentado em **5** grandes células: Governança, Tecnologia, Estrutura, Projetos Piloto, Comunicação e Educação.

O TCE-PE ao optar por uma gestão por processos decidiu promover soluções efetivas que proporcionem melhorias contínuas nos principais processos do Tribunal. Esse projeto deverá ser concluído até maio de 2014.

4.3.6 - Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo

O Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (Promoex), iniciado em 2006, teve como objetivo a melhoria da eficiência do gasto e da transparência das administrações públicas, além de promover o intercâmbio e troca de experiências entre os Tribunais de Contas. Foi enfatizado o fortalecimento do referido sistema como instrumento de cidadania e de efetiva, transparente e regular gestão dos recursos públicos, incluindo a intensificação das relações intergovernamentais e interinstitucionais.

Esse Programa é composto de projetos múltiplos que são executados de forma descentralizada pelos Tribunais de Contas dos Estados, Distrito Federal e Municípios (TCs), sujeitos a uma coordenação e supervisão centralizadas, de nível nacional, por meio da Direção Nacional vinculada à Secretaria de Gestão do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão. A sua implementação foi co-financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), mediante a Operação de Crédito n° 1628/0C-BR, contando ainda com recursos provenientes de contrapartida local.

O valor total do Programa para o TCE-PE foi de **R$ 4.017.622,00**, tendo como contrapartida **R$ 1.591.383,00,** o que equivale a **39,6%** do total. O montante sob a responsabilidade do BID foi de **R$ 2.426.239,00 (60,4%).** O TCE-PE recebeu a importância de **R$ 1.658.497,22** para execução das ações programadas. O restante dos recursos do BID no valor de **R$ 767.741,78** não será mais enviado ao Tribunal devido ao encerramento do projeto. A prestação de contas final do TCE-PE foi enviada para o BID no final de agosto de 2013. A seguir, está registrado o Realizado X Planejado de todos os anos do Promoex, subdividido em grupos temáticos de esforços:

Grupos Temáticos	Recursos Financeiros (BID + Contrapartida do TCE-PE)		
	Programados (R$)	Realizados (R$)	Realizados/ Planejados (%)
1 - Fortalecimento e Integração dos Tribunais de Contas no Âmbito Nacional:	**574.746,18**	**341.383,06**	**59,4**
1.1 – Desenvolvimento de vínculos interinstitucionais entre os Tribunais de Contas e destes com o Governo Federal	107.704,64	107.704,64	**100,0**
1.2 - Redesenho dos procedimentos de controle externo contemplando o cumprimento da LRF	101.065,91	94.187,12	**93,2**
1.3 – Desenvolvimento de política e gestão de soluções compartilhadas e de Cooperação Técnica (de TI e outras)	365.975,63	139.491,30	**38,1**
2 - Modernização dos TCs dos Estados e Municípios:	**3.384.749,74**	**2.919.418,83**	**86,3**
2.1 – Desenvolvimento de vínculos interinstitucionais com outros Poderes e instituições dos três níveis de governo e com a sociedade	288.604,13	288.604,13	**100,0**
2.2 - Integração dos Tribunais de Contas no ciclo de gestão governamental	134.696,59	131.840,67	**97,9**
2.3 - Redesenho dos métodos, técnicas e procedimentos de Controle Externo	855.538,13	855.538,13	**100,0**
2.4 – Planejamento estratégico e aprimoramento gerencial	1.173.124,08	802.123,88	**68,4**
2.5 – Desenvolvimento da política e da gestão da TI	641.105,00	553.185,00	**86,3**

2.6 - Adequação da política e gestão de pessoal	291.681,81	288.127,02	**98,8**
3 - Administração	**60.126,08**	**60.126,08**	**100,0**
TOTAL	**4.019.622,00**	**3.320.927,97**	**82,6**

Fonte: NPC/Promoex

Em temos de execução orçamentária para 2012-2013, observou-se o seguinte:

Ano	Execução Orçamentária do Promoex		
	Dotação Orçamentária (R$)	Despesas Liquidadas (R$)	Liquidadas / Autorizadas %)
2012	395.000,00	240.970,39	61,0
2013	58.352,28	53.352,28	91,4

Fonte: Promoex

4.4 – Gestão da Tecnologia da Informação

A gestão da Tecnologia da Informação está sendo analisada de acordo com os seguintes tópicos: a) Governança de TI e b) Automação do Processo de Controle Externo.

4.4.1 – Governança de Tecnologia da Informação

A governança de Tecnologia da Informação pode ser entendida como o conjunto de políticas, estruturas organizacionais, processos de trabalho, papéis e responsabilidades que são definidos pela alta direção, com vistas a direcionar as ações de TI e exercer controle sobre sua gestão. Para aferir o grau de maturidade dos jurisdicionados em relação à governança de TI, o Tribunal de Contas da União - TCU desenvolveu metodologia própria, criando o Indice de Governança de TI - iGovTI. A medição realizada no fim do exercíco de 2012, seguindo a referida metodologia, posicionou o TCE-PE no limite superior do estágio inicial de governança com índice de **38%**. Várias ações foram desenvolvidas no decorrer do exercício de 2013 pelo projeto setorial "Disseminação de Boas Práticas de Governança de TI", com o objetivo de melhorar esse desempenho. Em dezembro/2013, a medição realizada, já posiciona o TCE-PE no início da faixa intermediária do iGovTI (de 40% a 59%) com indice de maturidade de **44%**.

A melhoria do iGovTI representa não apenas a implementação de boas práticas com impacto no maior custo-benefício da Tecnologia da Informação, como também credencia o TCE-PE a cobrar resultados de seus jurisdicionados. As atividades inicialmente propostas para o TCE-PE estão baseadas em normas internacionais, especialmente na NBR ISO 27002, no ITIL versão 3 (ITIL V3) e visam à implantação de uma estrutura de governança de TI, destacando-se os seguintes pontos de evolução em 2013:

- **Diretrizes para gestão da segurança:** Proposição em conjunto com o grupo de Segurança da Informação de normativos relativos à Política de Segurança, Classificação das Informações e Gestão de Incidentes de Segurança da Informação.

- **Metodologia para avaliar resultados decorrentes das contratações:** Elaboração do fluxo de contratação de TI com base na IN nº 04/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação e Mapeamento das renovações contratuais para verificação de seu impacto no orçamento.

- **Gestão da segurança da informação com foco nos processos:** Análise de riscos, tratamento e respostas a incidentes em redes computacionais.

A seguir, os dados referentes aos indicadores medidos sobre Governança de Tecnologia da Informação:

Objetivo Estratégico	Indicadores	Progresso Físico em 2013		
		Meta	Valor Medido	Desem-penho
13 - Aprimorar a gestão de TI	Índice de governança de TI	41,0 %	44,0%	107,2%
	Taxa de satisfação dos usuários com os serviços de TI	70,0 %	88,3%	126,1%
	Número de boas práticas previstas para gestão de TI implantadas	3	**3**	100,0

Fonte: Sistema Informatizado Channel

4.4.2 – Automação do Processo de Controle Externo

Nos últimos anos, o TCE-PE vem investindo fortemente na automação dos processos de trabalho referentes ao Controle Externo. A auditoria do TCE-PE já dispõe de dados estruturados relativos à execução orçamentária e financeira, à contabilidade e à folha de pagamento da grande maioria dos jurisdicionados municipais. Para viabilizar a análise e o cruzamento do grande volume de dados coletados, foi adquirida uma ferramenta de BI (*Business Intelligence*). Essa ferramenta tem auxiliado os auditores principalmente na fase de planejamento das auditorias, identificando áreas e órgãos em que há maior risco de desvios nas condutas administrativas.

Além dos dados sistematizados, o TCE-PE tem investido também na informatização das ferramentas de suporte ao processo de trabalho. Essas ferramentas tem por objetivo principal automatizar as atividades de menor complexidade, permitindo ao auditor uma análise mais aprofundada das informações prestadas pelos órgãos jurisdicionados. É o caso dos sistemas e-AUD (Planejamento e Execução Eletrônico de Auditorias), PA-e (Programa Eletrônico de Auditoria) e Prever (Cálculo de Aposentadorias e Pensões), que auxiliam o auditor incluive na elaboração do relatório de auditoria. O índice de automação do processo de controle externo atingiu **68,0%** em 2013.

Todas as ações apresentadas neste Relatório sintetizam o esforço do Tribunal de Contas para o cumprimento de sua missão de fiscalizar e orientar a gestão pública em benefício da sociedade.